

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAEL DE CARVALHO PRETEL

**O ATLETA DE FUTEBOL COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE NO
MERCADO DE TRABALHO INTERNACIONAL: IMPLICAÇÕES LEGISLATIVAS
ATUAIS E UMA NOVA PERSPECTIVA**

CURITIBA

2016

RAFAEL DE CARVALHO PRETEL

**O ATLETA DE FUTEBOL COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE NO
MERCADO DE TRABALHO INTERNACIONAL: IMPLICAÇÕES LEGISLATIVAS
ATUAIS E UMA NOVA PERSPECTIVA**

Projeto apresentado à Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Paraná como
requisito para a conclusão da Graduação em
Direito, sob orientação da Prof^a. **Tatyana
Scheila Friedrich**

CURITIBA

2016

RESUMO

O retrato do indivíduo profissional no contexto desportivo modificou-se bruscamente nas últimas décadas, principalmente no futebol. O grande avanço na metodologia de desenvolvimento técnico e físico do atleta, aliada à inserção de novas políticas financeiras pelos órgãos reguladores da modalidade, ordenou uma nova tendência na composição dos quadros profissionais de grandes agremiações e uma consequente transformação no ramo das transferências de atletas. Nos dias atuais, os clubes buscam a contratação de jogadores jovens, de bom nível de excelência profissional e menores valores no que tange aos vencimentos recebidos, a fim de estabelecer uma satisfatória relação custo-benefício de suas investidas no mercado de transferências. Em contrapartida, nota-se um preocupante número de sanções aplicadas pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), entidade administrativa máxima do futebol, às equipes espalhadas pelo mundo, referentes à violações contra a lei que regula as movimentações internacionais de atletas com menos de 18 anos de idade, justamente o mercado crescente descrito anteriormente. Por meio de sucinta análise da legislação agredida, são perceptíveis diversas imperfeições quando comparada com a realidade fática da temática, afetando não somente a atividade profissional das agremiações, mas principalmente, dos atletas. Um texto superficial, inserido em um sistema normativo (o conjunto de normas da FIFA) confuso, incapaz de dialogar com outro ordenamento jurídico, requisito mister para qualquer instrumento regulatório internacional. Pela leitura conjunta do conteúdo da regra, bem como o modo com que tal é aplicada nos diversos territórios em que a Federação Internacional atua, é possível estabelecer, no caso em tela, um sistema normativo despreocupado com as exigências esportivas e mercadológicas atuais da modalidade que coordena, negligente em referência aos direitos dos indivíduos tutelados e o seu papel como protetor destes – versamos sobre um grupo jurídico e socialmente especiais perante à sociedade - e finalmente, inábil para agir em territórios distintos e soberanos e conciliar os óbvios conflitos normativos existentes por esta disposição factual. Surge então uma proposta, visando a reestruturação do processo de elaboração, confecção e aplicação do regramento sob transferências internacionais de atletas com menos de 18 anos de idade.

Palavras chaves: menor de idade – sistema normativo – FIFA – transferências internacionais.

RÉSUMÉ

Le portrait de l'individu professionnel dans le contexte sportif a fortement changé au cours des dernières décennies, en particulier dans le football. L'essor au niveau méthodologique pour le développement technique et physique du athlète, ainsi que l'introduction de nouvelles politiques financières par les organisations régulatrices du sport, ont imposé une nouvelle tendance dans la composition du personnel professionnel de grandes associations et une transformation conséquente dans le domaine des transferts d'athlètes. De nos jours, les clubs cherchent à embaucher de jeunes joueurs, avec un niveau d'excellence professionnelle et par des valeurs plus faibles par rapport aux salaires reçus, afin d'établir un rapport coût-efficacité satisfaisant de ses filiales dans le marché des transferts. D'autre part, il y a un nombre alarmant des sanctions imposées par l'Association Internationale des Fédérations de Football (FIFA), organisme administratif maximum de football, aux équipes de part en part dans le monde, liées à des violations de la loi qui régleme les transferts internationaux des athlètes mineurs de 18 ans, et qu'il s'agit exactement du marché croissant décrit ci-dessus. Grâce à une brève analyse de la loi attaquée, on s'aperçoit plusieurs imperfections par rapport à la réalité factuelle de la question, en frappent l'activité professionnelle des associations, et surtout les athlètes. Il s'agit d'un texte rapide, inséré dans un système de réglementation (l'ensemble des règles de la FIFA) confus, incapable de parler à toute autre loi, ce qu'il est requis pour tout instrument réglementaire international. La lecture conjointe de la règle du contenu et de la manière dont cela est appliquée dans les différents territoires où la Fédération Internationale opère, permet d'établir, dans le cas en question, un système de réglementation sans soucis avec les sports actuels et les exigences du marché de la modalité par elle coordonnée, négligent par rapport aux droits des personnes protégées et leur rôle protecteur envers ceux-ci, puisqu'on considère un groupe juridique et social particulier devant la société, et enfin, difficile à mettre en place dans différents territoires souverains et de concilier les conflits normatifs évidentes existant dans cette situation factuelle. Alors, on fait une proposition au but de restructurer le processus de développement, la fabrication et l'application de réglementation des transferts internationaux de joueurs de moins de 18 ans, convenable à la situation présentée et consciement de sa responsabilité au développement digne des acteurs concernés, et viable à appliquer dans les circonstances actuelles.

Clé de mot: mineur - système de réglementation –FIFA - transferts internationaux.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. INDÍVIDUOS COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE E SUA RELEVÂNCIA NA ESTRUTURA DO FUTEBOL CONTEMPORÂNEO.....	8
2.1 PANORAMA TÉCNICO: JOVENS COMO REFERÊNCIA DE EXCLÊNCIA TÉCNICA.....	9
2.2 PANORAMA FINANCEIRO: NOVA POLÍTICA DE CONTROLE DE GASTOS NA GESTÃO ESPORTIVA.....	11
2.3 ALTERNATIVAS PARA ADEQUAR-SE ÀS NOVAS TENDÊNCIAS TÉCNICAS E FINANCEIRAS: ATLETAS COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE COMO FIGURA PRINCIPAL.....	16
3. SISTEMA NORMATIVO FIFA E OS ORDENAMENTOS JURÍDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	22
3.1 O ATUAL PADRÃO FIFA PARA SOLUCIONAR CONFLITOS NORMATIVOS.....	23
3.1.1 Imposição do sistema normativo – a coerção.....	24
3.1.2 Sistema Normativo rígido.....	26
3.1.3 Ausência de mecanismos eficientes para resolução de conflitos.....	27
3.2 RELAÇÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E O SISTEMA FIFA.....	28
3.2.1 Núcleo problemático: quando o universo do futebol violenta uma norma fundamental.....	30
4. NECESSÁRIAS MUDANÇAS NO SISTEMA NORMATIVO FIFA.....	34
4.1 MÉTODO DE APLICAÇÃO.....	35
4.1.1 Base principiológica e normativa da proposta.....	35
4.1.2 - Parâmetro normativo utilizado.....	36
4.2 MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	38
4.3 PROPOSTA DE NOVA REGULAMENTAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ATLETAS DE FUTEBOL MENORES DE 18 ANOS DE IDADE.....	42
4.3.1 Disposições iniciais.....	42
4.3.2 Quanto ao processo necessário em referência à faixa etária.....	44
4.3.3 Processo para atletas entre 15 e 18 anos de idade.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

A busca de grandes agremiações de futebol por atletas com menos de 18 anos de idade para compor seus quadros de jogadores, seja na categoria profissional, ou em categorias inferiores, a fim de obter vantagens esportivas e financeiras perante seus concorrentes é noticiada com frequência no ambiente da modalidade. Ao observarmos tais movimentações com mais atenção, nota-se que diversas fomentaram investigações realizadas pela entidade máxima de organização e administração do esporte, a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), com o intuito de averiguar eventuais descumprimentos das normas que regulam o assunto.

Referidas ocorrências destacam a lei violada, o artigo 19 do Regulamento Sobre Status e Transferências de jogadores da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Uma breve leitura da regra em discussão esclarece a razão por trás desse recorrente acontecimento: citado artigo, lei internacional máxima em relação à temática, é insuficiente para o conteúdo, proibindo as transferências internacionais de jogadores com menos de 18 anos de idade por meio de critérios desatualizados em relação ao cenário atual da matéria, detentora de várias lacunas ao longo de seu processo racional de elaboração, materialização e aplicação das normas.

O presente projeto analisará o corpo legislativo em questão, destrinchando, de pronto, a atual posição que os indivíduos com menos de 18 anos de idade ocupam no contexto do futebol profissional, com viés de melhor compreender as efetivas demandas normativas que o tópico requer.

O prosseguimento se dará pelo exame do sistema normativo em que está inserido o artigo vigente discutido, atentando para o modo com que o mesmo dialoga com outros ordenamentos e é executado no campo fático.

Tal proposição é necessária em virtude do singular panorama que caracteriza o ordenamento jurídico da FIFA e como meio de auxílio para a concretização do objetivo primeiro desse trabalho: a apresentação de uma sugestão de nova legislação para ordenar as transferências internacionais de jogadores de futebol menores de 18 anos de idade, que concerne não somente à mudanças na materialidade das regras – realizadas pelo apontamento das falhas da atual lei e a tentativa de correção –, mas também à confecção de um sistema de elaboração, aplicação e resolução de conflitos de normas, essencial para a manutenção de um ambiente próspero para as agremiações e, principalmente, para os jovens envolvidos nesse tipo de transação.

2. INDÍVIDUOS COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE E SUA RELEVÂNCIA NA ESTRUTURA DO FUTEBOL CONTEMPORÂNEO.

A análise da legislação atual e a reestruturação das normas vigentes acerca das transferências internacionais de jogadores de futebol que possuem menos de 18 anos de idade, bem como a própria relevância desta temática no ordenamento jurídico das entidades que regulam o desporto, necessitam de um breve exame quanto o destaque que o grupo aqui retratado detém na estrutura esportiva e mercadológica da modalidade nos dias contemporâneos.

O atual modelo normativo da FIFA - instituição máxima na hierarquia administrativa do futebol no mundo - em relação ao conteúdo debatido é escasso e superficial. Essa caracterização está alinhada com a realidade, justamente pela amplitude e importância que atletas de futebol que ainda não completaram 18 anos de idade, consideradas pela Assembleia das Nações Unidas, crianças¹, e a consequente movimentação internacional desses indivíduos detêm no ramo do futebol profissional, assunto hoje contemplado somente pelo artigo 19 do Regulamento Sobre Status e Transferências de Jogadores da FIFA.

O cerne da discussão momentânea e suas conclusões não buscam preencher ou qualificar um texto simplesmente por seu pequeno volume quando observado isoladamente, mas sim são norteados pela urgência com que a matéria necessita de novos termos reguladores, com intuito de melhor atender as entidades e os indivíduos envolvidos, o qual modos de aplicação e elementos afetados serão examinados ao longo do texto.

Para tanto, é devido investigar com mais atenção as particularidades dos indivíduos inseridos nesse universo, a fim de traçar uma referência no que versa sobre o jogador de futebol relevante à estrutura citada acima e possibilitar um diálogo entre esse padrão e o grupo alvo do presente texto, permitindo assim uma precisa distribuição valorativa do mesmo conjunto nas organizações esportiva e mercadológica trabalhadas.

Ainda, é mister igualmente discutir sobre normas, diretrizes e demais elementos que modificam e ditam as tendências de gestão no meio do futebol profissional contemporâneo, sobretudo no aspecto econômico. Tratando de um assunto intimamente ligado às variações de custo de taxas de transferências e salários de atletas, uma breve análise do panorama econômico é essencial para compreender o espaço do grupo discutido no universo do futebol e, a partir desta perspectiva, construir uma legislação que atenda as exigências fáticas.

¹UNICEF. **Convenção sobre os direitos das crianças.** Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm> Acesso em: 20 mai. 2016.

2.1 PANORAMA TÉCNICO: JOVENS COMO REFERÊNCIA DE EXCELÊNCIA TÉCNICA

Notada como evento principal do futebol mundial, parâmetro de organização e performance esportiva, a Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino reuniu em sua última edição - sediada no Brasil, em 2014 – 736 atletas², representando 32 nações. Seguida por 3,2 bilhões de pessoas³ em sua mais recente realização, a competição é interpretada pela esmagadora porção de profissionais do ramo – e pelo público que os acompanham fielmente - como o principal objetivo de uma carreira no meio do futebol, o ápice de uma jornada nesse ambiente.

Destarte, essa reunião de profissionais do mais elevado nível técnico e físico, que enfrentam os 30 dias de competição como alguns dos mais importantes de suas carreiras, aliada à pressão exercida pela gigantesca exposição das figuras envolvidas no certame nas mais diversas plataformas midiáticas, resulta em um grau de exigência de performance muito alto, o qual somente atletas de capacidade laboral singular, os melhores e mais preparados dentre os 265 milhões de praticantes do esporte⁴, conseguem entregar.

A observação mais atenta ao perfil dos integrantes do seleto grupo de jogadores de futebol participantes da 20ª edição da Copa do Mundo, iniciada em 12 de junho de 2014, permite a constatação dos seguintes fatos relevantes ao estudo aqui proposto: quase 13% dos indivíduos em questão (totalizando 98 jogadores) possuíam menos de 23 anos de idade na data do primeiro confronto válido pela competição. Ampliando este universo para atletas com até 26 anos incompletos no mesmo cenário, o número cresce e contempla 279 dos inscritos, o que representa 37,9% de todos os selecionados para atuar na última edição do Mundial.⁵

É terminante que os dados levantados auxiliam na tradução de determinadas tendências na composição da estrutura do futebol atual. Como explanado anteriormente, os atletas analisados representam a elite do ramo, os profissionais mais capazes. A existência de mais de 12% de jogadores com menos de 23 anos de idade e, ainda, o fato de mais de um

²FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **2014 FIFA World Cup Brazil**. Disponível em: <<http://www.fifa.com/worldcup/archive/brazil2014/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

³FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **2014 FIFA World Cup Brazil: television audience report**. Disponível em: <[http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/tv/02/74/55/57/2014fwcbraziltvaudiencereport\(draft5\)\(issuupdate14.12.15\)_neutral.pdf](http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/tv/02/74/55/57/2014fwcbraziltvaudiencereport(draft5)(issuupdate14.12.15)_neutral.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

⁴KUNZ, Mathias. 265 playing football. **FIFA magazine**. Zurique, p. 10-15, jul. 2007.

⁵Números obtidos através de levantamento estatístico realizado pelo autor, com base nos dados fornecidos em: FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **2014 FIFA World Cup Brazil**. Disponível em: <<http://www.fifa.com/worldcup/archive/brazil2014/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

terço dos componentes dessa parcela de atletas possuir idade igual ou inferior a 25 anos evidencia a maciça presença de jovens⁶ no âmbito do futebol profissional de elite.

Os 98 indivíduos com 23 anos de idade ou menos participantes da última Copa são prova que uma boa parte dos atletas profissionais de futebol podem atingir um nível técnico e físico satisfatório, ao ponto de serem incluídos em uma listagem que seleciona os 23 melhores atletas de suas nações, com essa idade. Mais do que isso, a outra estatística detalhada demonstra que pelo menos 1 em cada 3 atletas dos estudados atingiu um nível de excelência do mais alto padrão ao completar, no máximo, 26 anos.

Um outro certame futebolístico que pode ser utilizado para observar e constatar novas tendências esportivas e mercadológicas no setor, por meio da análise da elaboração dos plantéis de jogadores das agremiações, é a *Uefa Champions League*. Realizada anualmente, a disputa reúne 78 equipes filiadas à União das Federações Europeias de Futebol (UEFA)⁷, e é repetidamente citada pela imprensa mundial⁸ como a competição interclubes mais importante do planeta, justificando um emparelhamento com a já discutida Copa do Mundo FIFA, no que tange às elevadas exigências técnicas e físicas com as quais seus participantes se deparam.

Na mais recente edição, iniciada em 30 de junho de 2015, a contenda teve como finalistas dois times sediados na cidade de Madrid, o Real Madrid Club de Fútbol e o Club Atlético de Madrid.⁹ Lançando mão de diagnóstico descrito anteriormente, é possível observar dentre os fatos pertinentes à interpretação de algumas disposições do futebol contemporâneo - como o intenso trânsito internacional de atletas, traduzido pelas 18 nacionalidades diferentes na lista A¹⁰ de jogadores inscritos no evento das duas entidades - a maciça presença de indivíduos com 25 anos de idade ou menos nas referidas relações de inscritos. Dos 52

⁶"Ao subscrever as diretrizes para o planejamento e o acompanhamento das questões atinentes à juventude, a Assembleia Geral, para fins estatísticos, definiu como jovens as pessoas entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo de outras definições de Estados Membros." BARRIENTOS-PARRA, **O estatuto da juventude: instrumento para o desenvolvimento integral do jovem**. Disponível em: <<http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/arquivos/EstatutodaJuventudecomentado.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

⁷UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Uefa Champions League**. Disponível em: <<http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/season=2016/clubs/index.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016

⁸UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Uefa Champions League: history**. Disponível em: <<http://www.uefa.com/uefachampionsleague/history/background/index.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

⁹UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Uefa Champions League**. Disponível em: <<http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/season=2016/matches/round=2000638/match=2015789/index.html>>. Acesso em: 01 jun. 2016

¹⁰O que é lista A? Nenhum clube pode ter inscritos na Lista A mais do que 25 jogadores por época, sendo que dois terão de ser guarda-redes. No mínimo, oito lugares destinam-se em exclusivo a "jogadores formados localmente", sendo que não menos de quatro podem ser "jogadores formados no país". UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Uefa Champions League**. Disponível em: <<http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/news/newsid=2277227.html>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

jogadores elencados, 29 atendem o requisito proposto, um significativo índice de 55,76%.¹¹ Uma breve reflexão acerca dos dados recolhidos transporta a discussão ao argumento exposto em parágrafo pregresso: grande parte dos atletas de futebol abalizados no nível de excelência profissional mais proeminente de todo o mundo não ultrapassaram a barreira dos 25 anos de idade.

Tais constatações são extremamente relevantes para o desenvolvimento da estrutura esportiva e mercadológica do futebol atual, na medida em que elas norteiam o raciocínio daqueles que administram o esporte, tanto na figura das entidades desportivas, como no papel das incontáveis espécies de personalidades que atuam no meio com viés investidor, objetivando a exploração do lado econômico da temática e a geração de riquezas, ao passo que um gestor esportivo vigilante às estatísticas postas começa atuar no recrutamento de atletas e em tarefas relacionadas à administração do clube de futebol de modo a influenciar drasticamente o grupo central trabalhado no presente texto.

A exposição dos números acima esclarece a significativa proximidade com que atletas com menos de 18 anos de idade encontram-se de um nível de performance esportiva satisfatório - e em alguns casos, muito além de simplesmente satisfatório -. Sendo assim, 4, 5 anos de espera é um espaço de tempo curto, suportável para investimentos que podem resultar um ganho esportivo e financeiro abissal para a instituição que os faz. Aliás, devido a profundas reformas políticas em órgãos que regulam o futebol, esse passa a ser um caminho desejável, beirando o obrigatório.

2.2 PANORAMA FINANCEIRO: NOVA POLÍTICA DE CONTROLE DE GASTOS NA GESTÃO ESPORTIVA

Michael François Platini foi um futebolista francês de muito sucesso entre as décadas de 1970 e 1980. Meio campista de excelente capacidade técnica, é considerado até hoje um dos maiores jogadores de futebol de todos os tempos, acumulando honrarias como a eleição ao time de futebol ideal do século XX.¹² Mesmo com todas as láureas recebidas ao longo da carreira como atleta, foi como dirigente, porém, que Platini teve o maior impacto no universo do futebol.

¹¹Números obtidos através de levantamento estatístico realizado pelo autor, com base nos dados fornecidos em: UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Uefa Champions League**: 2015/2016. Disponível em: <<http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/season=2016/clubs/index.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016

¹²UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **A Uefa**: Michel Platini. Disponível em: <<http://pt.uefa.org/about-uefa/president/index.html>>. Acesso em: 07 abr . 2016.

Eleito presidente da UEFA no verão europeu de 2006¹³, o francês trilhou seu caminho político na entidade apoiado por atos que, ao primeiro olhar, visavam o fortalecimento de polos financeiramente mais fracos dentro do continente, impondo barreiras aos gastos descontrolados de determinados clubes e alterando o sistema de qualificação para a disputa das competições organizadas pela UEFA, reduzindo o número de equipes dos países mais ricos, assim criando espaço para os times de países menos desenvolvidos economicamente e, consequentemente, de menor orçamento.¹⁴

O desempenho tanto político, quando administrativo de Platini à frente do órgão máximo do futebol europeu possui algumas facetas. O substancial auxílio criado para clubes vinculados à federações de menor expressão ingressarem nas competições da UEFA é inegável catalisador para o desenvolvimento do futebol nesses locais. O modo em que esta fomentação se materializou, contudo, ao passo que algumas legislações apresentadas por Platini ignoravam a repercussão esportiva que as medidas causariam, objetivando somente o agrado ao maior número de federações possíveis (e potenciais aliados políticos), é discutível, assim como a forma melancólica com que o alsácio-loreno deixou o posto, banido de qualquer atividade que envolva futebol por um período de 4 anos devido à acusação de corrupção¹⁵, colocando em xeque o discurso moralizador que Platini disseminou ao longo de suas 8 primaveras como presidente da UEFA.

De princípios norteadores e eficiência discutíveis, o fato é que os regulamentos impostos por Platini acarretaram em modificações marcantes ao panorama financeiro e à estrutura mercadológica do futebol europeu (e dos demais continentes, claramente afetados pelas mudanças ocorridas naquele território), sendo o mais notável, e profundamente relacionado ao tema debatido aqui, o Fair Play Financeiro.

Mencionado primeiramente pelo citado antigo presidente da UEFA em meados de 2009, o projeto tinha como meta primordial a melhora da saúde financeira dos clubes de futebol europeus, ideia utilizada até os dias atuais pela própria UEFA para apresentar este conjunto normativo.¹⁶

A regulamentação passou por algumas modificações desde sua forma rudimentar, a fim de aumentar sua eficiência e facilitar a recepção e cumprimento do texto pelas entidades

¹³Ibidem.

¹⁴DUPRÉ, Rémi. La métamorphose de Michel Platini. **Le Monde**, Paris. Nov. 2014. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/televvisions-radio/article/2014/11/06/la-metamorphose-de-michel-platini_4519691_1655027.html>. Acesso em 11 jun. 2016.

¹⁵ROAN, Dan. **Fifa**: Sepp Blatter and Michel Platini get eight-years bans. Disponível em: <<http://www.bbc.com/sport/football/35144652>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

¹⁶UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Financial Fair Play**: all you need to know. Disponível em: <<http://www.uefa.com/community/news/newsid=2064391.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

desportivas. Em 2011, na qual foi caracterizada como a primeira temporada de aplicação do Fair Play Financeiro, somente era exigido aos clubes participantes de competições com a chancela da UEFA comprovar o devido pagamento de todos os débitos envolvendo funcionários, impostos e eventuais transações com outros clubes durante o decorrer da época de disputa dos campeonatos.¹⁷

Dois anos após, o instituto sofreu alterações expressivas, que o aproxima de sua redação atual e efetivamente atinge a estrutura do mercado de transferências do futebol. Entrou em cena o *break-even*, "que por princípio significa que (os clubes) não gastam mais do que ganham, restringindo a acumulação de dívidas".¹⁸

A normativa elaborada pela UEFA possui algumas adaptações, as quais explicitam os objetivos da organização ao implementar essa política: as quantias usadas para o cálculo da relação entre lucros e dividendos e a adequação aos conceitos do *break-even* referem-se a aspectos como bilheteria, patrocínio, salário dos jogadores da equipe profissional e demais gastos com tal categoria.¹⁹

Nota-se que nesse rol não estão inclusos despesas vinculadas à melhoria da infraestrutura do clube e desenvolvimento de jovens atletas. Tal constatação é significativa para compreender os ideais que circundam as novas políticas da UEFA e, consequentemente, necessária de adequação por parte de seus filiados, causando grande impacto na estrutura trabalhada, como analisado em seguida.

Ao longo dos anos de sua vigência, essa regulamentação sofreu diversas críticas. Considerável parcela dos estudiosos da matéria identificam o Fair Play Financeiro como uma ferramenta que auxilia a manutenção da estrutura hierárquica do futebol no continente, impedindo a ascensão de novas forças:

Mas no nascimento de nova regra, a Associação Europeia de Clubes insistiu em certas ressalvas e a impressão geral era de que, qualquer que fosse a primeira intenção, o processo foi subvertido permitiu que os maiores clubes ficassem mais ricos, enquanto acabava com a capacidade de investimento dos pequenos clubes.²⁰

¹⁷Ibidem.

¹⁸UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Fair Play Financeiro**: tudo o que você precisa saber. Disponível em: <<http://pt.uefa.com/community/news/newsid=2065454.html>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

¹⁹UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **UEFA Club Licesing and Financial Fair Play** regulation: edition 2015. Disponível em: <http://www.uefa.org/MultimediaFiles/Download/Tech/uefaorg/General/02/26/77/91/2267791_DOWNLOAD.pdf> Acesso em: 18 abr. 2016. p.56

²⁰Tradução livre de "But at the very birth of the new rules, the European Clubs Association insisted on certain caveats and the overall impression was that, whatever the original intention, the process became subverted and ended up allowing the biggest clubs to get richer while choking off the ability for investors in smaller clubs to catch up." Financial fair play: how can Manchester City still spend 130 millions in one window?. **The Guardian**, Londres. Set. 2015. Disponível em

Outro aspecto controverso no tocante à eficiência da norma recai sobre o fato de que as próprias adaptações da legislação feita pela UEFA suavizaram os seus termos, criando espaço para a retomada dos gastos exorbitantes por parte de certas agremiações, como a permissão de amortizar a taxa de transferência dos jogadores de acordo com o tempo de duração do contrato do mesmo. É cediço que o Fair Play Financeiro elaborado pela UEFA possui falhas e enquanto alguns clubes sofrem com os reflexos desses erros normativos, outros enxergam alternativas para burlar o regulamento, abrandando seus efeitos e operando com claras vantagens sobre os demais.

De fato, um caso que tramita entre o *Tribunal de Première Instance de Bruxelles* e a Corte Europeia de Justiça sintetiza a polêmica discussão. Daniel Striani é um agente de jogadores de futebol de nacionalidade belga, que em maio de 2013 fez uma reclamação à Corte Europeia em relação ao Fair Play Financeiro da UEFA, o qual, segundo Striani, não estaria em consonância com as leis antitruste da União Europeia.²¹

A denúncia ganhou proporção nos meios de comunicação especializados, tanto porque ações similares à descrita foram interpostas em cortes inglesas e francesas por grupos de aficionados de Manchester City Football Club e Paris Saint Germain Football Club – clubes punidos pela UEFA em um passado recente por transgressões às normas do Fair Play Financeiro –, quanto pelo fato de que o advogado do empresário belga ser o reconhecido advogado Jean-Louis Dupont, o mesmo do paradigmático caso Bosman²², detalhado em breve.

Em sua peça, Striani alega que o princípio do *break-even* fere os artigos 101 e 102 do Tratado de Funcionamento da União Europeia.²³ Além da evidente complexidade jurídica das questões levantadas, politicamente a situação não é das mais confortáveis para a Corte, que já havia defendido publicamente o instituto promulgado pela UEFA na data de sua criação.²⁴

Inicialmente, a Corte Europeia de Justiça recusou a reclamação de Striani, indicando o Tribunal de Bruxelas competente para o julgamento da matéria. Ao ingressar na Corte belga, Striani conquistou de maneira provisória o impedimento da implementação da nova mudança

<<https://www.theguardian.com/football/blog/2015/sep/02/financial-fair-play-manchester-city>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

²¹VAN ROMPUY, Bem. The Brussel court judgment on financial fair play: a futile attempt to pull off a Bosman. **Asser International Sports Law Blog**. Jul.2015. Disponível em: <<http://www.asser.nl/SportsLaw/Blog/post/the-brussels-court-judgment-on-financial-fair-play-a-futile-attempt-to-pull-off-a-bosman-by-ben-van-rompuy>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

²²Ibidem.

²³MOLÈ, Riccardo. The curious case of Daniel Striani: a missed opportunity. **Eurojus**. Ago.2015. Disponível em: <<http://rivista.eurojus.it/the-curious-case-of-daniel-striani-c-29915-a-missed-opportunity/>> Acesso em: 13 mai. 2016.

²⁴Ibidem.

do Fair Play Financeiro pela UEFA, medida suspensa pela interposição de recurso referente à esta decisão por parte da entidade. A problemática está longe de ter um desfecho. Alguns teóricos já afirmaram que a regra do Fair Play Financeiro é contrária aos artigos mencionados, dando razão à Striani.²⁵ A falta de um julgamento do mérito da questão, por hora, também abre sala para inúmeras especulações.

Uma forte tendência, contudo, observada nas palavras de todos que se prestam à comentar sobre o tema, independentemente da posição favorável ou contrária ao Fair Play Financeiro nos moldes atuais, é atestar os efeitos que a norma causa à estrutura mercadológica do futebol e em que direção os fundamentos das políticas econômicas do futebol atual devem caminhar.

À Corte Europeia de Justiça, Daniel Striani arguiu sua legitimidade para proposição da ação justamente pelo fato de que com o princípio do break-even interposto pelo Fair Play Financeiro, o número de transferências de atletas e o salários dos mesmos foram reduzidos de maneira drásticas, refletindo nos seus próprios ganhos como agente. As restrições econômicas, aduz, criam claras barreiras para o pagamento de taxas de transferências de jogadores, sobretudo daqueles mais prestigiados no universo da modalidade.

É incontestável, contudo, que a legislação causou profundas modificações no panorama estrutural do mercado de negociações de atletas profissionais de futebol. Afastando-se da avaliação da regra do Fair Play Financeiro da UEFA e atendo-se somente à constatação das intensas modificações que a citada trouxe ao objeto desse trabalho, um dado é mister para introduzir a discussão: "a Uefa apontou para dados que demonstram a quantidade de tinta derramada por clubes europeus foi reduzida dramaticamente - de 1,7 bilhões de euros em 2011 para 400 milhões em 2014".²⁶ A redução apresentada é muito significativa, demonstrando uma evidente preocupação dos clubes em adequarem-se à nova realidade de investimentos.

Os ferrenhos críticos da legislação, no mesmo sentido, ao clamar pelas irregularidades do texto, seja por desconformidades em relação a outros textos legais ou por entenderem que existem melhores opções para colocar em prática as ideias propostas pela UEFA, adotam uma linha de pensamento norteadas pela necessária limitação de gastos dos clubes, redução de despesas e equilíbrio financeiro:

²⁵Ibidem.

²⁶Tradução livre de "Uefa points to figures showing the amount of red ink spilled by clubs across Europe reduced dramatically – from €1.7bn in 2011 to €400m in 2014" *FINANCIAL fair play: how can Manchester City still spend 130 millions in one window?*. **The Guardian**. Londres. Set. 2015. Disponível em <<https://www.theguardian.com/football/blog/2015/sep/02/financial-fair-play-manchester-city>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

O Fair Play Financeiro é ilegal sob os termos das leis de concorrência da União Europeia. (...) Existem algumas opções menos restritivas ao FPP que irão introduzir responsabilidade financeira e proteção para as atividades de longo termo no futebol. A UEFA deve olhar para regulações alternativas para atingir tal objetivo. Instituir teto salarial, seguir os débitos dos clubes seriam alternativas melhores para alcançar o objetivo da UEFA.²⁷

Seja qual for o destino do Fair Play Financeiro da UEFA e de outros atuais projetos de política financeira no futebol, é certo que o presente e o futuro dos clubes, em âmbito mundial, passa por conseguir atingir um nível satisfatório de competitividade desportiva aliado ao estável cenário financeiro que sustente esta posição.

Uma saída para alcançar esse equilíbrio é justamente olhar para atletas que compõem o grupo discutido aqui, que é regulado por somente um artigo do texto normativo de transferências internacionais da FIFA, que por esses panoramas técnicos e financeiros apresentados, tem relevância aumentada a cada dia. A própria UEFA, confederação ligada à FIFA e com o maior número de membros dentre aquelas, promulga as políticas exemplificadas anteriormente como incentivo para o aproveitamento de atletas de menos idade, ao passo que argumenta: "Ao favorecer investimentos em jovens e em infraestrutura, (...) o break-even foi estruturado para ser menos restritivo aos menores clubes".²⁸

2.3 ALTERNATIVAS PARA ADEQUAR-SE ÀS NOVAS TENDÊNCIAS TÉCNICAS E FINANCEIRAS: ATLETAS COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE COMO FIGURA PRINCIPAL

Adquirir um profissional de capacidade elevada no futebol atual requer o dispêndio de quantias vultuosas. Permanecendo em um cenário já exposto aqui para a análise de certas tendências no ramo do futebol profissional, o valor estimado médio de mercado de um jogador participante da última Copa do Mundo é 8,5 milhões de euros. Restringindo a avaliação à somente os integrantes das 4 seleções melhores classificadas ao término da

²⁷Tradução livre de "Financial Fair Play is illegal under European Union competition law. (...)There are plenty less restrictive alternatives to the FPP regulations that will introduce financial responsibility and protect the long-term viability of the business of football. UEFA should look to alternative regulations to achieve these objectives. Instituting a luxury cap, keeping track of clubs' debt level, or revenue sharing would be preferable alternatives to achieve UEFA's goals."KAPLAN, Valerie. UEFA financial fair play and european union antitrust law complications. **Emory International Law Review**. Atlante. v.29. Disponível em: <<http://law.emory.edu/eilr/content/volume-29/issue-4/comments/uefa-fairplay-european-union-antitrust.html>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

²⁸Tradução livre de "By favouring investments in youth and stadium infrastructure (...) the break-even assessment has been structured to be less restrictive to smaller and medium-sized clubs".UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. Financial fair play: all you need to know. **The Guardian**. Londres. Set. 2015. Disponível em: <<http://www.uefa.com/community/news/newsid=2064391.html>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

competição (Alemanha, Argentina, Holanda e Brasil) a quantia é sensivelmente modificada, chegando em 17,9 milhões de euros.²⁹

Obviamente esses preços são demasiadamente elevados até mesmo para as mais ricas agremiações esportivas do planeta, capazes de investir o valor discriminado em apenas 2 ou 3 jogadores, mas não conseguem construir um elenco inteiro formado por atletas com esse valor de mercado.

Como exemplo, a UEFA determina que para a edição 2015/2016 da *Uefa Champions League* seria permitida a inscrição de no máximo 25 jogadores na primeira fase do torneio³⁰, evidenciado a inviabilidade de construir todo um plantel somente de profissionais com esta significância no mercado.

Por conseguinte, é imposto o despontar de novas diretrizes, novas políticas de contratação de profissionais por parte dos clubes, sob pena destes não se manterem em um patamar competitivo aceitável ou, então, não suportarem as demandas financeiras exigidas no desempenho desta atividade lucrativa em certas oportunidades, fonte de imensos prejuízos em distintas ocasiões, porém sempre desafiadora.

Nascido em 1987, o espanhol Francesc Fàbregas é, indubitavelmente, integrante do mencionado grupo de atletas de futebol de capacidade elevada. Participante das últimas 3 edições da Copa do Mundo FIFA representando o selecionado espanhol –conquistando o título em 2010 –, o meio campista é detentor de alguns prêmios individuais, como a escalação nos times ideais da UEFA em 2006 e 2008, tendo atuado em times dos mais valiosos do mundo: Barcelona, Arsenal e Chelsea.³¹ Este, aliás, no verão europeu de 2014, desembolsou 33 milhões de euros³²³³ como forma de atender o pedido do Barcelona referente à taxa de transferência do jogador, soma muito próximas aos 29 milhões de euros³⁴ que o próprio time catalão dispendeu para satisfazer às exigências do Arsenal em operação semelhante, 3 anos

²⁹Números obtidos através de levantamento estatístico realizado pelo autor, com base nos dados fornecidos em: FERREIRA, Fernando. **Valor de mercado das seleções após a copa de 2014**. Disponível em: <<http://www.pluriconsultoria.com.br/uploads/relatorios/PLURI%20Valuation%20-%20copa%202014%20-%20selecoes%20mais%20se%20valorizaram.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2016.

³⁰UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Regulation of the uefa champions league cycle 2015-2018**. 2015/2016 season. Disponível em: <http://www.uefa.com/MultimediaFiles/Download/Regulations/uefaorg/Regulations/02/23/57/51/2235751_DO WNLOAD.pdf>. Acesso em: 31 de mai. 2016.

³¹UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Cesc Fàbregas**. Disponível em: <<http://www.uefa.com/teamsandplayers/players/player=70072/profile/>>. Acesso em 31 mai 2016.

³² Ibidem.

³³ É sabido que no universo do futebol profissional, certas operações financeiras são mantidas em sigilo e mesmo com o término destas, não há divulgação oficial do valores envolvidos. Assim, os montantes aqui citados serão baseados nas informações oficiais divulgadas pelos clubes e, quando da ausência de comunicados oficiais, serão utilizadas divulgas pela imprensa especializada.

³⁴UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Cesc Fàbregas**. Disponível em: <<http://www.uefa.com/teamsandplayers/players/player=70072/profile/>>. Acesso em 31 mai. 2016.

antes. As quantias são significativas, porém em consonância com os números apresentados anteriormente: no cenário das duas negociações, Fàbregas já era um atleta laureado, desejado por diversas entidades, potencial acréscimo de qualidade esportiva ao seus compradores.

Ocorre que as previamente expostas não foram as únicas negociações em que o atleta natural de Barcelona esteve envolvido. A primeira mudança de clube na carreira do profissional ocorreu em 2003, justamente oriunda do Barcelona com destino ao Arsenal, por módicos 3 milhões de euros.³⁵ À época com apenas 16 anos, Fàbregas era detentor de certa reputação no universo futebolístico, sendo considerado o melhor jogador do Campeonato Mundial Sub-17 de 2003, realizado pela FIFA na Finlândia.³⁶ O montante pago pelo time inglês é irrisório ao comparar com, por exemplo, os 46 milhões de euros pagos no ano anterior pelo Real Madrid C.F à F.C Internazionale Milano pela transferência do astro brasileiro Ronaldo, que também tinha no currículo o prêmio de melhor jogador de um campeonato mundial de futebol, mas este na categoria profissional, em 1998.³⁷

Francesc Fàbregas debutou no time principal do Arsenal menos de 2 meses após sua chegada, trilhando um caminho vitorioso na equipe sediada no norte de Londres – preenchido por títulos como a FA Cup e o vice campeonato da UEFA Champions League -, sendo seu contrato rescindido oito anos após, resultado de um pagamento ao Arsenal de um valor quase 20 vezes maior que o utilizado no momento da contratação do espanhol.³⁸

A grande crescente no valor de mercado de um atleta, quando posto em exame a quantia que o indivíduo representava para o mercado quando possuía 16 ou 17 anos de idade em comparação com a mesma rubrica 6, 7 anos após é fenômeno recorrente. Ainda no território britânico, é possível observar o exemplo do galês Gareth Bale, comprado pelo inglês Tottenham Hotspurs F.C junto ao Southampton F.C, do mesmo país, por pouco mais de 9 milhões de euros em 2007, quando acabara de completar 17 anos de idade, sendo transferido ao espanhol Real Madrid C.F³⁹ 6 anos após, mediante o pagamento de incríveis 100,8 milhões de euros.⁴⁰

³⁵Ibidem.

³⁶Ibidem.

³⁷REAL MADRID CF. **2001-2010**. Disponível em: < <http://www.realmadrid.com/en/about-real-madrid/history/football/2001-2010-the-ninth-with-zidane-beckham-ronaldo-and-figo>>. Acesso em 13 jun 2016.

³⁸ARSENAL FOOTBALL CLUB. **Cesc Fàbregas**. Disponível em: <<http://www.arsenal.com/history/profiles/217/cesc-fabregas>>. Acesso em 18 jun. 2016.

³⁹REAL MADRID CF. **Gareth Bale**. Disponível em: <<http://www.realmadrid.com/pt/futebol/plantel/gareth-bale>>. Acesso em: 18 jun 2016.

⁴⁰SALE, Charles. Cost of Gareth Bale move to Real Madrid revealed to be £90m after Spaniards wrote off money owed for Rafael van der Vaart. **Daily Mail**. Londres. Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/sport/football/article-3410949/Cost-Gareth-Bale-Real-Madrid-revealed>>

Ao olhar menos atento, certamente o fator que atrai mais consideração é o extremo valor pago como compensação pela taxa de transferência de ambos jogadores quando estes já gozavam de certa experiência no desempenho da profissão. As quantias necessárias para concluir as negociações quando os atletas ainda não tinham completado 18 anos, todavia, são fundamentais para a mencionada alteração nas políticas e diretrizes de gestão das agremiações esportivas e é aspecto nuclear desse estudo, pelos motivos explanados a seguir.

O valor desembolsado por clubes ao redor do mundo para contratar jogadores que estão iniciando suas carreiras no desporto, especialmente aqueles que ainda não atingiram a marca de 18 anos de idade, é muito baixo comparado com o utilizado as negociações envolvendo atletas mais experientes. Apesar da considerável crescente nos citados montantes, estes seguem em proporção com os números apresentados em negociações envolvendo atletas de outros perfis, ao passo que a maior transação de um atleta de futebol com menos de 20 anos de idade na história registra o valor aproximado de 47 milhões de euros – pagos pelo Manchester United em 2015, para contar com os serviços do francês de 19 anos à época, Anthony Martial⁴¹ -, enquanto que, ampliando a pesquisa para negociações que enredam indivíduos com qualquer idade, observa-se que o valor mais elevado é - mais que um par de vezes superior ao dispendido pelo Manchester United - o previamente mencionado 100,8 milhões de euros empregados na ida de Gareth Bale ao Real Madrid.⁴²

O movimento que caracteriza a contratação de um atleta de futebol será sempre permeado pelo risco do contratado não reemitir o desempenho desejado. Inúmeros fatores irão influenciar no desempenho do indivíduo, desde a saúde do jogador durante o tempo avaliado, a interação com os colegas de trabalho e demais grupos que são peculiares do meio do futebol, como torcedores e imprensa – tanto no aspecto profissional, no campo de jogo, como na seara pessoal, sugestionando um bom (ou ruim) ambiente de trabalho, que por vezes também afeta o desenvolvimento da atividade do atleta - até as qualidades profissionais dos competidores das agremiações rivais.

Optar por jogadores experimentados, que já vivenciaram diferentes situações durante suas carreiras, e comprovaram suas capacidades nos mais dispares desafios é uma escolha

90m.html#ixzz4OtTaWIBB>. Acesso em 22 jun. 2016.

⁴¹MANCHESTER UNITED F.C. **Anthony Martial**. Disponível em: <<http://www.manutd.com/en/Players-And-Staff/First-Team/ANTHONY-MARTIAL.aspx>>. Acesso em 01 jul de 2016.

⁴²SALE, Charles. Cost of Gareth Bale move to Real Madrid revealed to be £90m after Spaniards wrote off money owed for Rafael van der Vaart. **Daily Mail**. Londres. Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/sport/football/article-3410949/Cost-Gareth-Bale-Real-Madrid-revealed-90m.html#ixzz4OtTaWIBB>>. Acesso em 22 jun. 2016.

feita pelos administradores de clubes futebol a fim de reduzir o citado risco no momento de garimpar novos desportistas para o plantel de atletas, justificando em parte a grande diferença existente nos valores usualmente pagos na taxa de transferência de jogadores de diferentes idades.

Outros aspectos que estão compreendidos na dinâmica da transferência de um atleta de futebol de idade um pouco mais elevada, conhecido, estabelecido no cenário de competições de prestígio, e que não versando sobre elementos de competência técnica, são fator determinante para os altos valores das mencionadas transferências e que, contudo, não atingem essas quando tratamos de jogadores iniciantes no ramo.

Os grandiosos salários com os atuais clubes, acordados muitas vezes anos antes das negociações de transferências, são usados como bases para estabelecer as taxas de transferências dos atletas. Tal fato aliado à disputa de várias entidades para contrair vínculo de trabalho com o mesmo atleta, ocasionando em uma sucessão de propostas ao clube que detém contrato com o jogador em vista, uma contendo valores maiores que a outra, impulsionam substancialmente o montante final pago a título de taxa de transferência do atleta. Esses são dois dos fatores que deturpam o valor da negociação em comparação com uma avaliação estritamente técnica do atleta.

O brasileiro Marquinhos, jogador do francês Paris Saint Germain F.C, por exemplo, foi envolvido em duas negociações em um curto espaço de tempo: a primeira, em julho de 2012, acarretou na sua mudança do S.C Corinthians Paulista para a A.S Roma. Sem mesmo ter disputado um campeonato nacional completo pela equipe paulista, as performances do atleta atraíram os olhares romanistas, que pactuaram com o pagamento de 3 milhões de euros ao Corinthians como forma de compensação.⁴³

Exatos 12 meses após, foi o atual clube de Marquinhos que acordou em pagar a taxa de transferência do jogador ao clube italiano para poder contar com os serviços do jogador. Ocorre que o valor recebido pela Roma foi 10 vezes superior ao utilizado um ano antes.⁴⁴

É cediço que durante sua única temporada na capital da Itália, Marquinhos apresentou satisfatório desempenho, evidenciando sua capacidade técnica em cenários adversos, consequentemente qualificando positivamente seu conceito profissional perante seu empregador e também em relação a outras agremiações e à crítica em geral. As somente 26

⁴³CORRIERIO DELLO SPORT. **Roma, ufficiale Marquinhos:** 1,5 per il prestito. Disponível em: <http://www.corrieredellosport.it/serie_a/roma/2012/08/21-260497/Roma,+ufficiale+Marquinhos%3A+1,5+milioni+per+il+prestito>. Acesso em 20 jul. 2016.

⁴⁴HOLYMAN, IAN. Marquinhos seal PSG switch. **ESPN FC**. Disponível em: <<http://www.espnfc.com/story/1502852/paris-saint-germain-sign-marquinhos-from-roma>>. Acesso em 22 jul. 2016.

partidas disputadas pelo Campeonato Italiano, contudo, não fundamentam uma crescente de desempenho profissional do brasileiro suficiente para lançar o valor de sua taxa de transferência de 3 milhões de euros para 30 milhões de euros em 1 ano. O prestígio conquistado junto aos que acompanham o esporte, a concorrência de outras equipes são alguns dos elementos subjetivos que influenciam significativamente no montante acordado como compensação da taxa de transferência de um atleta, e que não estão presentes em ações envolvendo indivíduos de menos idade, com poucas partidas disputadas profissionalmente, desconhecidos do grande público, mesmo que com capacidade técnica atestada em categorias menores - Marquinhos, por exemplo, foi integrante das Seleções de base da Confederação Brasileira de Futebol desde os 17 anos -.⁴⁵

Foram tratados em detalhes até aqui alguns aspectos importantes que merecem ser destacados novamente: o significativo número de jogadores que atingem um alteroso nível de competência profissional com uma idade ainda não elevada, muitas vezes mais próxima da idade com que o atleta firma seu primeiro contrato profissional do que em comparação com a idade que o mesmo se retira da atividade por meio da aposentadoria, ou até mesmo na data que ele pactua seu último vínculo trabalhista no segmento, a necessidade por parte dos clubes de se adequarem financeiramente às novas políticas estabelecidas pelos órgãos reguladores das competições da modalidade, reduzindo gastos nas mais diversas áreas e a abissal diferença nos valores de taxas de transferências de jogadores iniciantes, muitos sem ter estreado em certames profissionais, mesmo com certo prestígio com aqueles que observam atentamente este universo particular do futebol, a famigerada categoria de base, em comparação com aqueles mais conhecidos do grande público, mais experientes.

Tais aspectos, quando associados resultam na seguinte conclusão: para construir um elenco qualificado em termos desportivos e financeiramente equilibrado, deve-se investir na formação de jogadores e contratação de atletas jovens, de preferência que ainda não tenham assinado seus primeiros contratos profissionais.

Fatalmente, o crescente interesse de entidades de todo o mundo, muito poderosas economicamente e guiadas pelo incessante desejo de superar a árdua concorrência, por atletas abaixo dos 18 anos de idade – e, progressivamente, por jogadores até mais joviais - e a desproporcional regulação da matéria cria um ambiente extremamente propício para a exploração do dito conjunto. Como brevemente analisado, quando confrontados por proteções legislativas, assim como o Fair Play Financeiro da UEFA, as agremiações buscam atravessar

⁴⁵FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **Marquinhos**. Disponível em: <<http://www.fifa.com/fifa-tournaments/players-coaches/people=332946/index.html>>. Acesso em 30 jul de 2016.

essas barreiras a todo custo, ignorando qualquer senso de justiça, ação fomentada pelo quase irracional impulso de necessidade de triunfo perante os adversários, ainda mais em um cenário de singular competitividade como o futebol profissional. No caso exposto, as violações de um texto profundo, específico de uma realidade extremamente particular, porém com as evidentes e debatidas falhas ocasionam um desrespeito às normas fiscais, a conceitos econômicos e financeiros.

No contexto a ser trabalhado nas próximas páginas, a desobediência aos termos genéricos, ultrapassados, em desacordo com todo o universo que supostamente lhe cabe governar – destaca-se a importância de uma legislação condizente com a realidade, capaz de suportar as necessidades tanto de clubes como de atletas na contemporaneidade, pelas razões colocadas anteriormente – é campo fértil para gravíssimos danos aos seres humanos em questão, crianças na conceituação legislação internacional, a qual reserva normas especiais com viés de garantir o digno desenvolvimento desses indivíduos, fator que também destaca a importância do estudo.

3. SISTEMA NORMATIVO FIFA E OS ORDENAMENTOS JURÍDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Vencido o primeiro trecho do debate, evidenciando a relevância que o tema exposto possui não somente no universo do desporto, mas também tratando de temas pertinentes à disciplina do Direito do Trabalho e proteção aos indivíduos menores de 18 anos de idade, por exemplo, é tempo de verificar e analisar detalhadamente as normas que regulam o atual cenário.

Nesta fase, contudo, não é suficiente uma simples enumeração de regras e apontamento de suas falhas, com uma futura proposta de correção. O atual sistema normativo da FIFA depara-se com uma desmedida imperfeição, a qual precisa ser elucidada para que o presente projeto tenha o mínimo de coesão no plano teórico e significância no plano prático.

Na figura de entidade privada internacional autônoma, a FIFA – por meio do mencionado sistema – transpassa ordenamentos nacionais e internacionais nos mais variados aspectos, com viés de cumprir suas finalidades primordiais, nos quais sejam, entre outros, promover o futebol mundialmente, criando normas e estabelecendo métodos para o respectivo cumprimento.⁴⁶ Como um dos desdobramentos deste processo, contudo, os regulamentos

⁴⁶FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Statute, 2015.** Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/Document/AFederation/Generic/02/58/14/48/2015FIFAStatutesEN_Neutral.pdf>. Acesso: 20 jul. 2016.

elaborados pela organização "passam a confrontar a onipotência dos Estados e seu monopólio legal, pondo em xeque inclusive a soberania estatal." ⁴⁷

Como será exposto nas próximas linhas, além de provocar o referido confronto, a FIFA não se movimenta a fim de solucionar adequadamente eventuais embates entre suas normas e regras codificadas em tratados internacionais, legislações nacionais, dentre outros, deixando não somente um regulamento superficial e deficiente quando falamos da legislação estudada aqui, mas também uma equação de difícil resolução: como acomodar as várias legislações nacionais e internacionais existentes e o ordenamento FIFA em um mesmo espaço, criando métodos eficientes de solução dos inevitáveis conflitos normativos, ao menos quando versamos sobre a matéria do artigo 19 do Regulamento Sobre Status e Transferência de Jogadores elaborado pela entidade máxima do futebol.

Por conseguinte, antes de discutir novas possibilidades normativas inseridas no ordenamento jurídico da FIFA, se faz necessário observar como esse organismo é aplicado e de que maneira ele deveria ser posto em prática, de modo a garantir sua legitimidade em face dos cenários sócio jurídicos em que se manifesta. Encontrar soluções metodológicas que comportem um embate de regras, um conflito entre a autonomia da FIFA e a soberania dos países envolvidos, preservando a unidade de um sistema normativo internacional, é vital para a construção de um regulamento eficiente.

3.1 O ATUAL PADRÃO FIFA PARA SOLUCIONAR CONFLITOS NORMATIVOS

Conflitos entre o ordenamento chancelado pela FIFA – neste enunciado, não somente os regulamentos da organização, mas também aqueles criados por associações filiadas, norteados pelo o que é estabelecido pela instituição - e sistema jurídicos estatais e internacionais são noticiados com frequência atualmente, nas mais variadas competências influenciadas pela atividade da entidade. Desde casos que envolvem essencialmente questões esportivas, na qual a discussão concentra-se em fatos ocorridos dentro das quatro linhas, até temáticas levantadas pelo recebimento de eventos FIFA em certos territórios.

Não é raro observar clubes acionando a Justiça Comum na expectativa de reverter lides julgadas em desfavor na Justiça Desportiva. Na última década, por exemplo, se tornou célebre no Brasil o "Caso Héverton", no qual a Associação Portuguesa de Desportos foi punida em 4 pontos na classificação final do Campeonato Brasileiro de 2013 da Série A, pela

⁴⁷FARIA, Tiago Silveira de. **Lex FIFA**: autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional. 188f. (Mestrado em Direito). UNISINOS. São Leopoldo: 2016, p.7.

escalação irregular do jogador Héverton na contenda contra a equipe do Grêmio de Foot-Ball Portoalegrense, válida pela 38ª e última rodada daquele campeonato. Devido à punição, a equipe paulista ficou em 17º lugar na tabela final, sendo rebaixada à segunda divisão do campeonato nacional brasileiro. Após tentar reverter a situação na esfera da Justiça Desportiva, a Lusa ingressou na Justiça Comum, meses depois do término do campeonato. Em sede liminar, a agremiação obteve sucesso, mas com a cassação desta decisão poucos dias depois de sua publicação, a Portuguesa aceitou a punição e cessou suas investidas no Tribunal Cível.

3.1.1 Imposição do sistema normativo – a coerção

A escolha feita pela cúpula diretiva do clube resultou de vários elementos que permeavam a situação à época, como o precário estado financeiro da equipe e a própria realidade fática, na medida em que a tese sustentada pela Portuguesa – em suma, a agremiação alegava não ter sido notificada de uma suspensão recebida por Héverton, a qual caracterizou irregular sua escalação no jogo mencionado⁴⁸ - tinha sofrido várias derrotas nos Tribunais, desportivos e cíveis, até aquele momento. Um aspecto fundamental, contudo, para compreender o destino do "Caso Héverton" - e o desfecho de grande parte dos confrontos que envolvem regras produzidas pela FIFA e legislações nacionais - é analisar o comportamento político da entidade e suas filiadas e como elas procuram "solucionar" as divergências em casos similares.

Durante o ápice dos acontecimentos que configuraram referido caso – concentrados entre o fim do Campeonato Brasileiro de 2013, em dezembro daquele ano, e o primeiro semestre de 2014, com o início de uma nova edição da competição -, o público se deparou com significativo número de reportagens e declarações que apontavam para possíveis punições à Portuguesa de Desportos por parte da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da FIFA, por recorrer a Justiça Comum com viés de resolver uma questão de mérito esportivo. Inclusive, ao ingressar com a ação na 43ª Vara Cível de São Paulo, a diretoria do clube paulistano declarou estar preparada para eventuais sanções⁴⁹, como rebaixamento a divisões inferiores ou até exclusão de competições.

⁴⁸CASO Héverton faz brasileiro 2013 ter desfecho na justiça. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 dez de 2013. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/infograficos/caso-heverton-faz-brasileirao-2013-ter-desfecho-na-justica,esportes,196170>>. Acesso em 22 jul. 2016.

⁴⁹LUSA não teme punição da FIFA. **Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/programas/arena-sportv/noticia/2014/04/lusa-nao-teme-punicao-da-fifa-apos-acao-na-justica-estamos-preparados.html>>. Acesso em 22 jul. 2016.

A coerção é uma ferramenta muito utilizada pela FIFA na resolução de problemas que alguma instituição ou indivíduo tenham com determinada norma - costume adquirido pelas federações afiliadas à entidade, por mais que elas também sofram com o desmedido poder da organização máxima do futebol -. Seja para a aprovação de novos estatutos, como quando ameaçou expulsar a Federação Portuguesa de Futebol de seu quadro de filiados⁵⁰, ou mesmo para criar condições jurídicas mais favoráveis para seus patrocinadores durante a realização de eventos, como na polêmica elaboração da Lei Geral da Copa para a competição realizada em 2014 no Brasil, época em que os altos dirigentes da entidade afirmaram que se o projeto inicial enviado ao Congresso Nacional não fosse alterado, o Mundial não seria realizado no país⁵¹.

Sediada na cidade suíça de Zurique, a FIFA é uma associação de direito privado configurada nos liames do artigo 60 do Código Civil Suíço⁵², sem fins lucrativos⁵³. Detentora de uma notória força política, com 211 países⁵⁴ representados no seu rol de associados - a título de comparação, a Organização das Nações Unidas (ONU) possui 193 Estados-membros⁵⁵ -, a entidade criou um universo próprio e se colocou em posição extremamente confortável, com autoridade próxima do incontestável. Certificado pelos vários exemplos já expostos aqui, a instituição suíça repele qualquer tipo de ingerência não desejada, cuja os efeitos não possam ser meticulosamente calculados e controlados, a fim de preservar o status quo da organização do futebol no mundo e a coerção, justamente por tamanho poder, corroborado por um número muito grande de associados e a ausência de adversários, faz com que a coerção torne-se uma maneira simples e eficiente de controlar vários conflitos.

⁵⁰ LANCENET! Fifa ameaça excluir clubes portugueses e seleção de competições. **Portal Lancenet**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.lance.com.br/todos-esportes/fifa-ameaca-excluir-clubes-portugueses-selecao-competicoes.html>>. Acesso em 23 jul 2016.

⁵¹ FIFA ameaça tirar mundial de 2014 do Brasil. **Portal R7**, São Paulo. Disponível em: <<http://esportes.r7.com/futebol/noticias/fifa-ameaca-tirar-mundial-de-2014-do-brasil-por-discordar-de-lei-geral-da-copa-20110926.html>>. Acesso em 23 jul. 2016.

⁵² FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Statue**, 2015. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/Document/AFederation/Generic/02/58/14/48/2015FIFAStatutesEN_Neutral.pdf>. Acesso: 20 jul. 2016.

⁵³ Art. 60 1 Associations with a political, religious, scientific, cultural, charitable, social or other non-commercial purpose acquire legal personality as soon as their intention to exist as a corporate body is apparent from their articles of association. Disponível em: <<https://www.admin.ch/opc/en/classified-compilation/19070042/201604010000/210.pdf>>. Acesso em 24 jul 2016.

⁵⁴ FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Statue**, 2015. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/Document/AFederation/Generic/02/58/14/48/2015FIFAStatutesEN_Neutral.pdf>. Acesso: 20 jul. 2016.

⁵⁵ PAÍSES membros da ONU. **Organização das Nações Unidas**. Genebra. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

3.1.2 Sistema Normativo rígido

Evitar qualquer espaço para divergências também aparece como uma boa saída para entidade. O esforço para a elaboração e manutenção de um sistema normativo que preveja e regule o maior número de fatos envolvendo clubes, jogadores, confederações e tudo que envolve o universo FIFA, impelindo a participação de outros institutos e poderes é visível a cada linha dos variados estatutos, códigos e regulamentos da organização, qualquer que seja a temática destes. O Código Disciplinar da entidade⁵⁶, por exemplo, é um compilado com 147 artigos, versando sobre desde sanções básicas, como a aplicação do cartão amarelo para um jogador, punição mais branda do esporte, até situações complexas, como a proibição de certo estádio de receber partidas da modalidade.

Inserido nesse ambiente, estão as normas que configuram o corpo judicial da entidade. Em consonância com o restante do texto, a porção reservada ao organismo jurídico da FIFA é coesa, deixando mínimas brechas para a caracterização de omissões e influências externas. Enumeração dos órgãos integrantes e suas competências, previsão de duração do processo, explicação sobre provas, regulação sobre os componentes de uma decisão, um legítimo código processual da FIFA, submetido a todos que transitam no universo da instituição. Referido "Código Processual" antecipa até mesmo casos de omissão do próprio texto, conferindo poderes aos corpos judiciais da entidade para definir eventuais problemas⁵⁷.

É mister salientar que, tratando de uma atividade tão significativa em termos econômicos e políticos, que interage e modifica a vida de boa parte da sociedade nas mais diversas intensidades, é impossível permanecer isolado de qualquer atuação estatal ou de órgãos reguladores internacionais. A FIFA, então, consciente do inevitável choque, identifica os temas mais atraentes à ingerência na visão do Estado – como a disciplina trabalhista - e cria um espaço livre para aquele operar. Como detalhado nas linhas seguintes, esse conjunto de regras é concebido de modo a não colidir com os mandamentos estatais, e não somente repelir tal possibilidade, como explicado. Por conseguinte, a entidade também se retira ou tem pouco destaque em certas discussões, cedendo espaço para os ordenamentos estatais regularem itens ligados à prática do futebol profissional, justamente para esquivar-se de atritos maiores.

⁵⁶FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Disciplinary Code**, 2013. Disponível em <http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/50/02/75/discoinhalte.pdf>. Acesso em 24 jul de 2016.

⁵⁷Ibidem.

3.1.3 Ausência de mecanismos eficientes para resolução de conflitos.

O cenário da disputa normativa entre o ordenamento da FIFA e demais sistemas jurídicos nacionais e internacionais, à vista disso, se configura de modo problemático, ao menos sob o prisma da busca por uma solução metodológica satisfatória, que atenda às necessidades de regulação de aspectos esportivos, econômicos e jurídicos do futebol por parte da entidade máxima do futebol, mas também seja coerente com outras legislações e seus preceitos, os quais representam os valores fundamentais de seus povos. Problemático, pois o panorama desenhado apresenta métodos vazios, práticos para a manutenção da ordem no universo FIFA, todavia, inúteis na tentativa de adequar os mandamentos da entidade com a realidade dos ambientes em que eles exercem influência, tanto no aspecto jurídico, como no aspecto no social.

As ameaças endereçadas àqueles que vislumbram acionar outros órgãos que não os controlados pela FIFA a fim de dirimir controvérsias jurídicas, vide os exemplos acima, se mostraram muito eficientes para atender os anseios da entidade. Ao não permitir a avaliação jurisdicional, entretanto, a instituição contribuiu para a perpetuação de um sistema invasivo à soberania estatal, ignorante aos valores e fundamentos das sociedades com que interage e incapaz de solucionar as diferenças entre seus termos e regras nacionais e internacionais das mais variadas disciplinas que impactam a regulação global da modalidade esportiva discutida:

Torna-se complexo, inclusive, qualificar esse tipo de conflito, pois não se trata propriamente de um embate normativo – ao menos, nos moldes conhecidos – visto que a solução de eventuais antinomias não ocorre através de uma jurisdição. Na realidade, existe um choque de normas no plano teórico, cuja solução ocorre, faticamente por meio da coerção, i.e., o subsistema esportivo da FIFA coage as partes a desistirem da jurisdição estatal.⁵⁸

A ausência de um mecanismo que permita o diálogo dos regulamentos FIFA e outros ordenamentos é um problema estrutural gigantesco, que cada vez mais torna-se um empecilho para o funcionamento de uma instituição global como a entidade que coordena o futebol em todo o mundo. Considerando a situação em voga, o tratamento jurídico destinado às pessoas menores de 18 de idade ao redor do mundo reserva regras da mais alta hierarquia normativa. Ignorá-las não é um procedimento desejado, e como explanado adiante, a legislação que se utiliza desse expediente, sofre múltiplas retaliações.

⁵⁸FARIA, Tiago Silveira de. *Lex FIFA: autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional*. 188f. (Mestrado em Direito). UNISINOS. São Leopoldo: 2016, , p.45.

Modificar todo o sistema existente de forma repentina, porém, não se apresenta como melhor alternativa. Mesmo em contextos distintos, onde exista uma abertura à inserção de ideias oriundas de várias fontes, a fim de estabelecer sistemas mais eficientes nessa nova dinâmica global de relações sociais e jurídicas, existe uma clara dificuldade:

[...] Direito Nacional e o Direito Internacional – mesmo considerando a criação de novas estruturas e organizações interestatais – não geraram mecanismos eficazes de governança, regulação, intervenção e coerção para as demandas transnacionais. Também o Direito Comunitário, que regula uma das manifestações da nova ordem mundial, caracterizada por novas relações e novas manifestações de atores e instituições, não apresenta bases teóricas suficientes para a caracterização de um ou mais espaços públicos transnacionais.⁵⁹

Intensifica-se o estudo então do caso específico do regulamento de transferência de atletas menores de 18 anos de idade. A lacuna metodológica explicada acima, aliada às particularidades da disciplina contemplada no código em destaque, um regulamento sobre questões trabalhistas no universo do futebol, fomentam a avaliação particular da legislação mencionada, para enfim, avistar uma saída estrutural à adequação dos ordenamentos FIFA aos ditames convencionados globalmente, ao menos na escala trabalhista, principalmente no que tange às transferências internacionais de atletas menores de 18 anos.

3.2 RELAÇÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E O SISTEMA FIFA

Dentro do sistema organizacional da FIFA, destacam-se três órgãos: *Congress* (Congresso), *Executive Committee* (Comitê Executivo) e a *General Secretariat* (Secretaria Geral)⁶⁰, dos quais nos importa primordialmente o Comitê Executivo, responsável pela confecção e atualização da regulamentação sobre o status dos jogadores⁶¹ - a partir de agora, referida no presente texto somente como Regulamento -.

Composto por um presidente eleito pelo Congresso, oito vice presidentes e outros quinze membros indicados pelas Confederações continentais pertencentes à FIFA, o Comitê possui um vasto rol de atribuições não somente executivas, como também legislativas, emergindo o mencionado regulamento e seus termos como basilares à organização:

⁵⁹CRUZ, Paulo; OLIVEIRO, Maurizio. **Reflexões sobre o direito transnacional**. Revista NEJ - Eletrônica, Vol. 17 .n. 1 . p. 18-28 . Jan-Abr de 2012.Disponível em:<<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3635/2178>>. Acesso em 27 jul. 2016.

⁶⁰FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Statue**, 2015. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/Document/AFederation/Generic/02/58/14/48/2015FIFAStatutesEN_Neutral.pdf>.

Acesso: 20 jul. 2016.

⁶¹Ibidem.

O Regulamento sobre o Status e Transferência de Jogadores da FIFA (...), pode-se dizer que é o segundo regulamento na escala hierárquico-normativa da entidade máxima do futebol que estabelece normas mundiais e obrigatórias concernentes ao status dos jogadores, *i.e.*, condições jurídicas para os atletas serem inscritos e participarem do futebol profissional, assim como todo e qualquer tema relacionado à transferência de jogadores entre diferentes associações.⁶²

Examinando os ditames do texto, o seu artigo 22 estabelece as competências da FIFA em analisar casos de disputa entre jogadores, técnicos, clubes e associações no que concerne, especialmente, aos temas expostos entre os artigos 13 e 18 do Regulamento. Cabe ressaltar que, no caput do artigo 22, é esclarecido que as regras ali elencadas não impedem a busca pela tutela estatal em conflitos de matérias trabalhistas.⁶³

No primeiro momento, a inspeção dos termos acima revela a movimentação da entidade, no sentido de não impor barreiras ao poder estatal e a organização da disciplina trabalhista. Ocorre que, ao analisarmos as várias normas do Regulamento, percebe-se o inevitável embate entre as regras ali dispostas e diversos institutos legais solidificados ao redor do globo, desde o contido em legislações ordinárias de determinados países, até tratados internacionais, como a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e a eliminação da discriminação⁶⁴ em matéria de emprego e ocupação, explicado em breve.

Isto gera uma série de indagações sobre a legitimidade e eficiência dos padrões estabelecidos pela FIFA e, em consequência, lacunas no ordenamento são criadas. Tais lacunas possibilitam a deturpação da norma de modo a satisfazer interesses individuais, destruindo a unidade do sistema e os valores protegidos por ele. Na tentativa de construção de uma legislação que visa à proteção de direitos tão significantes de um grupo que necessita um tratamento cuidadoso e específico - crianças -, conflitos normativos que produzem tamanho resultado não podem ser suportados.

Como explicado anteriormente, a FIFA constrói e aplica sua legislação seguindo um mandamento cardinal: afastar ao máximo a influência de outros órgãos políticos ou jurídicos espalhados pelo mundo. Dos "métodos" apresentados e comumente utilizados - coerção para impedir o acionamento da Justiça comum, abertura superficial aos ordenamentos exteriores –

⁶²FARIA, Tiago Silveira de. **Lex FIFA: autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional**. 188f. (Mestrado em Direito). UNISINOS. São Leopoldo: 2016, p.35.

⁶³FÉDERATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Regulation on Status and Transfers of players**, 2016. Disponível em: <http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/70/95/52/regulationsonthestatusandtransferofplayersjune2016_e_neutral.pdf>. Acesso em 31 jul. 2016.

⁶⁴OIT. **Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

a entidade optou pelo segundo para conduzir eventuais controvérsias trabalhistas. O caput do artigo 22 do Regulamento, intitulado "Competências da FIFA" é objetivo: "Sem prejudicar o direito de qualquer jogador ou clube de buscar reparação ante uma Corte Civil em disputas relacionadas a vínculos trabalhistas, a FIFA é competente para ouvir:[...]".⁶⁵

3.2.1 Núcleo problemático: quando o universo do futebol violenta uma norma fundamental.

Posto isto, litígios que envolvem rompimento de vínculo trabalhista de atletas por falta de pagamento de salários, discussões sobre a natureza da verba disposta em contrato são protagonizados amiudamente distante da alçada dos vários comitês da associação suíça. Um episódio que auxilia na elucidação dessa sistematização peculiar para os padrões da organização máxima do futebol é, o já descrito aqui como paradigmático, caso Bosman.

A demanda é datada de 1990, época em que se encerrou o primeiro contrato de trabalho estabelecido entre o jogador belga Jean-Marc Bosman e o RFC Liège, clube de mesma nacionalidade. Ao fim desse acordo, a equipe propôs uma nova oportunidade de vínculo, mas com uma redução salarial de 75% em comparação com os vencimentos recebidos por Bosman anteriormente. Insatisfeito, o atleta não aceitou os novos termos, sendo colocado em uma lista de dispensa pela agremiação, a espera de interessados em contar com seus serviços. Eis que surge o clube francês USL Dunkerque, atraído pela possibilidade de contratar o jogador belga. Após acertar valores salariais e demais minúcias contratuais com Bosman, o negócio não foi concretizado em razão da negativa do RFC Liège em distribuir os certificados legais exigidos, com o receio de não receber os valores acordados para a cessão do atleta.

À época, era usual em alguns países a previsão de uma cláusula indenizatória a ser exigida pelo clube original do atleta no momento da transferência deste para outra entidade, a qual não expirava com o fim do vínculo trabalhista do mesmo profissional, o famigerado "passe". A prática era comum em terras brasileiras, e a expressão definida na legislação desportiva brasileira dos anos 1970 como "importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes."⁶⁶

⁶⁵Ibidem.

⁶⁶BRASIL. Lei 6354/76. Art. 11 — Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência. Disponível em: <http://www.crefsc.org.br/principal/wp-content/uploads/2016/04/f_lei_6354_76.pdf>. Acesso em 01 jun. 2016.

Como efeito, mesmo sem a existência do vínculo trabalhista, a agremiação detinha poderes para impedir a ida de um antigo empregado para desempenhar sua atividade profissional em outro lugar.

Inconformado com a situação, o atleta belga ingressou com uma demanda na Justiça comum daquele país contra o RFC Liège, pleito que seria desdobrado em mais duas ações, nas quais figuravam como partes a Federação Belga de Futebol e a UEFA. Além de exigir o pagamento de uma indenização que compensasse a disparidade salarial entre o que iria receber caso de sua transferência para a França tivesse logrado êxito e os poucos ganhos que teve no tempo em que, na realidade, impedido de trabalhar, Jean Marc Bosman também clamou pelo encerramento de qualquer impeditivo ao seu direito de livre exercício da profissão, o qual interpretou ser violado pelo seu antigo empregador e, por conseguinte, pelos mecanismos legais que este fazia uso. Tal pedido obteve sucesso em última instância, perante a Corte Europeia de Justiça - fundado em argumentos discutidos a seguir -, nutrindo análises sob duas perspectivas díspares, mas relevantes ao presente estudo.

Retomando o raciocínio do item anterior, o caso Bosman foi uma das maiores ingerências já registradas de um órgão sobre o sistema normativo do futebol, organizado pela FIFA e suas confederações filiadas:

A sentença (o caso Bosman), estabeleceu limites à autonomia dos ordenamentos esportivos internacionais, atestando a supremacia das normas da Comunidade Europeia sob legislações esportivas, colocando dúvidas nas teorias jurídicas utilizadas no contexto desportivo.⁶⁷

A decisão elaborada pela Corte não somente acabou com o instituto do passe em países de sua jurisdição, como também deu fim ao sistema de cotas para jogadores estrangeiros oriundos de outros países da União Europeia. Antes do advento do caso Bosman, os organizadores dos campeonatos nacionais estabeleciam um limite de jogadores estrangeiros em cada equipe. Apesar deste tipo de regra existir até hoje em diversas ligas europeias, o referido limite não pode ser aplicado para jogadores de nacionalidade de um país membro da comunidade.

Sendo assim, tornou-se evidente às entidades que administram o futebol que o predomínio na elaboração e execução de seus atos sofreria contestações, ainda mais quando

⁶⁷Tradução livre de: " a judgment by the European Court of Justice on the free movement of football players within the European Community marked a milestone for sports law: 1 the decision (the "Bosman case") limited the autonomy of international sports orders, affirmed the supremacy of EC law over sports rules, and cast serious doubts on the legal theories thus far applied to the sports context." CASSINI, Lorenzo. **Sports law: a global legal order?** Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2079857>. Acesso em 19 jul. 2016.

inseridos em disciplinas fortemente regulamentadas e que, normalmente, se afastavam de seu escopo principal, como litígios trabalhistas. Como explanado, cria-se então um espaço para a interferência exterior, tentando-se limitar os conflitos normativos entre ordenamentos do universo do futebol e os demais, sem se preocupar de adequar os termos de ambos os tipos e conceber soluções para os eventuais embates.

Embora esta seja a prática contemporânea utilizada pela FIFA para lidar com questões laborais, uma segunda leitura dos acontecimentos no caso Bosman demonstra que essa manobra é ineficiente e inapropriada, tendo em vista alguns regulamentos da FIFA, como o Regulamento, principalmente quando versa sobre a movimentação de atletas menores de 18 anos de idade.

Destrinchando o julgamento realizado no dia 15 de Dezembro de 1995, Bosman aduziu que as ferramentas utilizadas pelo RFC Liège, e legitimadas pelo ordenamento esportivo existente à época, colidiam com os termos do artigo 48 do Tratado de Roma.⁶⁸

O princípio da livre circulação dos trabalhadores na União Europeia é, incontestavelmente, um dos pilares da Comunidade em sua origem. Atesta-se a veracidade desse enunciado com um breve exame da presente situação desse grupo econômico, onde o progressivo desaparecimento da noção de solidariedade e aumento da rejeição de normas que promovam a integração dos povos, como o referido princípio, põe em xeque o futuro dessa zona econômica e política.

Provocada pelo profissional belga, a Corte Europeia não hesitou ao proteger uma das normas fundamentais de sua sociedade.

Consequentemente, as regras de transferência constituem um obstáculo à liberdade de movimentação dos trabalhadores, proibido em princípio pelo artigo 48 do Tratado de Roma. Seria somente o caso oposto se tais regras perseguissem um objetivo legítimo, compatível com o tratado.⁶⁹

⁶⁸Article 48 1. The free movement of workers shall be ensured within the Community not later than at the date of the expiry of the transitional period.

2. This shall involve the abolition of any discrimination based on nationality between workers of the Member States, as regards employment, remuneration and other working conditions. UNIÃO EUROPEIA. **Treaty establishing the European Economic Community**, 1957. Disponível em: <http://www.ab.gov.tr/files/ardb/evt/1_avrupa_birligi/1_3_antlasmalar/1_3_1_kurucu_antlasmalar/1957_treaty_establishing_eec.pdf>. Acesso em 07 ago. 2016.

⁶⁹Tradução livre de ". Consequently, the transfer rules constitute an obstacle to freedom of movement for workers prohibited in principle by Article 48 of the Treaty. It could only be otherwise if those rules pursued a legitimate aim compatible with the Treaty ". CORTE EUROPEIA DE JUSTIÇA. **Bosman vs Uefa**, 1995. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:61993CJ0415&from=EN>>. Acesso em 17 ago. 2016.

Pela leitura do extrato acima, é perceptível a preocupação que os julgadores do caso tem com a compatibilidade das regras investigadas com as ideias do Tratado de Roma⁷⁰ e, por conseguinte, os ordenamentos principais do sistema normativo da União Europeia. Em diversos fragmentos da decisão⁷¹, a expressão "Direitos Fundamentais" é utilizada, reverenciando esses como base da Comunidade e mencionado a necessidade de sempre respeitá-los. Finalmente, a descrita preocupação, o relatado trato para com esse grupo fundamental de normas é a evidência medular para atestar a impossibilidade de um sistema normativo como o atual modelo da FIFA, alheio à realidade social, econômica, política e legal em muitos de seus artigos, tratar de uma atividade global como o futebol profissional, especialmente quando essa gerência recai em assuntos pertinentes a valores fundamentais do ser humano.

Os mandamentos da FIFA, por maior que seja o esforço dos seus legisladores, irão colidir com normas jurídicas das mais diversas fontes. Por vezes, ocorrerão choques pequenos, quase irrelevantes ao funcionamento da entidade e dos ordenamentos em discussão. Em outros casos, todavia, a incompatibilidade atinge o núcleo dos sistemas, tornando insustentável uma resolução pelos meios apresentados anteriormente. Tais conflitos substanciais vão se multiplicar quando tratamos de questões envolvendo a circulação de menores de 18 anos de idade com viés de exercer atividade profissional.

Assim, além da relevância temática do estudo apresentado no capítulo inicial, fica explícita a essencial construção de um novo sistema de aplicação das normas. Embora ousada uma proposta para modificar toda a metodologia de aplicação do sistema normativo FIFA, muito mais possível é estabelecer ferramentas para o sucesso de maximizado artigo 19 do Regulamento, atentando para as peculiaridades que circundam o tema.

A investigação dos padrões atuais utilizados pela FIFA para gerir o cumprimento de suas normas em ambientes diversos, bem como expor as consequências de perturbações aos outros ordenamentos fazem parte de um processo de aprendizagem. Finalmente, após compreender como o ordenamento da instituição se projeta no exterior dos gramados e arquibancadas, espaço em que a incongruência de regras torna-se insustentável, é possível estabelecer um novo universo normativo para a movimentação internacional de atletas de futebol menores de 18 de anos: quais princípios exteriores ao futebol tal regulamento deve

⁷⁰O Tratado CEE, assinado em 1957 em Roma, congrega a França, a Alemanha, a Itália e os países do Benelux numa Comunidade que tem por objetivo a integração através das trocas comerciais, tendo em vista a expansão econômica. Após o Tratado de Maastricht, a CEE passa a constituir a Comunidade Europeia, exprimindo a vontade dos Estados-Membros de alargar as competências comunitárias a domínios não económicos.

⁷¹CORTE EUROPEIA DE JUSTIÇA. **Bosman vs Uefa**, 1995. Disponível em: <://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:61993CJ0415&from=EN>. Acesso em 17 ago de 2016.

usar como norte, como aplicá-lo legitimamente nas mais diversas realidades jurídicas, sociais e econômicas e, finalmente, quais deveriam ser as regras desse novo sistema.

4. NECESSÁRIAS MUDANÇAS NO SISTEMA NORMATIVO FIFA

A compreensão dos aspectos que permeiam a elaboração de um corpo legislativo sobre a movimentação internacional de atletas menores de 18 anos de idade no universo do futebol é um exercício que demanda uma boa porção de tempo e uma considerável quantidade de reflexões. Ao longo da presente obra, foi esclarecido a posição que tal parcela de indivíduos ocupa em termos esportivos atualmente, e o consequente reflexo econômico proporcionado, justificando um olhar mais atento à temática.

Em seguida, ocorreu a análise do sistema normativo em que a nova legislação se encaixaria. Como exposto, a forma com que a organização máxima do futebol regula a modalidade, assim como o próprio contexto jurídica extremamente peculiar do assunto, no qual regras de uma associação privada estrangeira adentram legislações nacionais das mais diversas realidades socioeconômicas, políticas e jurídicas, obriga uma exploração detalhada do referido sistema. É necessário o conhecimento dos métodos de aplicação de regras e solução de conflitos normativos utilizados pela FIFA, tanto de modo geral, mas também identificando o trato específico destinado aos institutos mais pertinentes ao nosso tema, como alguns direitos fundamentais citados anteriormente.

Apoiado pelo arcabouço teórico descrito, fica forjado o terreno ideal para, neste derradeiro capítulo, explorar quais deveriam ser as novas regras que substituiriam o artigo 19 do Regulamento. Propõe-se um novo modo de interação com outras normas internacionais, aliado a um processo de adequação dos termos com a verdadeira relevância que o assunto possui, atendendo às necessidades especiais desse grupo de indivíduos não somente na figura de atletas profissionais ou em vias de se tornarem tais, mas também zelando pelo desenvolvimento digno como pessoas.

Uma reflexão acerca de quais são os limites que uma legislação - aqui, regras de uma associação privada, mas com constante preocupação em atuar em consonância com pilares principiológicos e normativos oriundos de consolidadas instituições internacionais - pode impor sob o progresso profissional de um indivíduo também ganha destaque, ao passo que as conclusões resultantes auxiliarão, finalmente, na confecção do objetivo maior da obra e no processo de conclusão da mesma.

4.1 MÉTODO DE APLICAÇÃO

O decorrer do segundo capítulo do exibido trabalho se atém à discussão sobre o sistema normativo FIFA, a aplicação de seus termos e conflitos com outros corpos regulatórios, evidenciando a importância que tais aspectos possuem na efetivação de regras legítimas no contexto do futebol. Destarte, ciente do panorama, propõe-se um modelo da aplicação da nova lei regulatória de transferência de jogadores de futebol menores de 18 anos, no esforço de congregar todos os ensinamentos adquiridos no extrato anterior, tornando a legislação uma alternativa viável mesmo nos parâmetros contemporâneos.

4.1.1 Base principiológica e normativa da proposta

A trajetória de um texto normativo na entidade máxima do futebol, desde a sua elaboração, até a sua aplicação em campeonatos chancelados pela organização não é a das mais complexas. Como visto anteriormente, a FIFA possui órgãos legislativos próprios, capazes de estabelecer novos regulamentos necessitando unicamente de determinadas aprovações internas, seja de outros órgãos da entidade, seja dos membros da instituição, como as confederações continentais.

Ocorre que, embora referido processo facilite a introdução de novas regras no sistema de leis da FIFA, permitindo um maior dinamismo e o atendimento das necessidades legislativas da entidade em uma maior velocidade, ele também é a nascente do problema exposto previamente,

Um processo que, apesar de – como na legislação alvo do estudo, o Artigo 19 do Regulamento – estabelecer ditames para matérias que transcendem a atividade esportiva, muitas vezes contempladas por um extenso rol de legislações, convenções nacionais e internacionais, passa somente pelo crivo da própria entidade certamente não é o mais adequado para determinar mandamentos que influenciarão outros vários campos que não somente o da alçada legislativa da FIFA.

O mecanismo descrito é o primeiro catalisador para a confecção de um código afastado da realidade, incapaz de atender as maiores necessidades daqueles que ele atinge, configurando um dos pontos mais críticos do atual Artigo 19 do Regulamento. Desta forma, o obstáculo inicial a ser ultrapassado remete à adequação da nova legislação aos preceitos básicos da atual ordem legal em referência a alguns temas englobados pela norma, como direitos de indivíduos menores de 18 anos de idade e a livre circulação de trabalhadores.

4.1.2 - Parâmetro normativo utilizado

Mesmo que estabelecida uma vestibular atitude para tornar a norma aqui proposta uma alternativa viável e eficiente, a discussão ainda é lar de alguns pormenores necessários de avaliação, demonstrando a complexidade do projeto.

A FIFA possui um gigantesco número de Federações nacionais filiadas – diretamente, ou por meio de filiações juntos às Confederações continentais -, apresentando uma pluralidade cultural e econômica no seu quadro de membros incomparável com qualquer outra organização internacional. Isto, obviamente, torna a decisão de qual parâmetro legislativo seguir muito mais complexa. Temos nesse rol de nações, países de regimes políticos particulares, como a Coreia do Norte e permanecem em conflitos políticos com países que também são integrantes da organização máxima do futebol, como é o caso do recém incluso no painel de membros da FIFA, o Kosovo.⁷²

Assim, diante da extensa variedade de costumes e concepções legais reunidas, o norte principiológico escolhido deve ser definido seguindo critérios claros, na tentativa de dirimir ao máximo eventuais descontentamentos e consequentes conflitos.

A tentativa inicial, então, seria vasculhar o sistema normativo FIFA em busca de regras que poderiam caracterizar o uso sistemático de alguma legislação internacional ou nacional como subsídio para a confecção das normas do órgão máximo do futebol. Encontrada essa sustentação, a mesma poderia exercer o papel de parâmetro normativo buscado aqui, já que, logicamente, se previamente utilizado pela FIFA em suas atuais legislações, deduzimos que se trate de um padrão aceito por seus membros.

Ocorre que, pela debatida solidificação de um sistema normativo fechado, o qual tenta repelir qualquer influência externa, os códigos legais da FIFA não fazem remissões frequentes a outros instrumentos. Tal fato nos impede de determinar alguma associação simplificada entre as legislações da entidade e outro instrumento normativo que organização poderia utilizar como base para elaborar seus próprios textos.

A próxima investida é utilizar a mesma metodologia, mas agora avaliando mais atentamente as legislações que versam sobre a temática trabalhada, congregada em sua maior parte no extensamente debatido Regulamento. Fazendo sua leitura, é verificável uma brecha

⁷²KOSOVO e Gilbraltar são aceitos como novos membros da FIFA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,kosovo-e-gibraltar-sao-aceitos-como-novos-membros-da-fifa,10000051074>>. Acesso: 01 ago. 2016.

previamente mencionada: o caput do artigo 22 do Regulamento⁷³ permite o ingresso de atletas e clubes em Cortes Cíveis em caso de litígios trabalhistas.

Não é necessário rediscutir o motivo da leve abertura do sistema FIFA em relação a outras fontes normativas quando tratamos da seara trabalhista, todavia, deve-se observar tal fato como oportunidade redefinir como as ditas normas externas participam na manutenção do corpo normativo da associação;

A janela apresentada acima, somada ao insucesso obtido na busca por outras alternativa, nos faz direcionar o foco na procura por um parâmetro normativo em rumo às legislações trabalhistas. Diante do desafio de elaboração de uma nova legislação sobre uma peculiar ramificação do exercício de uma profissão, a norma trabalhista surge como apta para fornecer um norte à empreitada, capaz de atender os questionamentos a serem levantados e encaminhar uma solução legislativa para tais, justamente por sua compatibilidade com o assunto proposto,

Tarefa mais simples, então, é a definição de qual legislação especificamente seguir. Aqui o debate se resume ao apontamento das regras globalmente mais aceitas, critério simples e que atende às necessidades momentâneas da melhor forma. Nota-se que os ditames a seguir aventados não são interpretados como inquestionáveis, aprovados e adotados pela totalidade de sistemas jurídicos ao redor do globo, tampouco por todas as nações integrantes da FIFA, mas sim, um corpo de normas, valores e princípios que sejam compartilhados pelo maior número de ordenamentos jurídicos possível.

Expondo desta maneira, é cediço que, nos tempos atuais, o mais próximo do descrito acima são os mandamentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dentre todas as ressalvas que já foram feitas no parágrafo anterior e que serão novamente sublinhadas, sobre as inúmeras rejeições que diversos ditames e conceitos elaborados pela OIT sofrem ao redor do globo, não há igual sistema de normas com a relevância e aquiescência dos textos da mencionada organização:

Fundadas nas experiências e aspirações de países os mais diversos, revestidas de uma autoridade particular pelo fato de haverem sido discutidas e adotadas no seio de uma assembleia reunindo representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores de quase todos os países do mundo, essas normas não apenas fornecem aos trabalhadores uma base sólida de reivindicações.,⁷⁴

⁷³FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Regulation on Status and Transfers of players**, 2016. Disponível em: <http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/70/95/52/regulationsonthestatusandtransferofplayersjune2016_e_neutral.pdf>. Acesso em 31 jul. 2016.

⁷⁴SOARES FILHO, José. **A proteção da relação de emprego**: análise crítica de normas da OIT e da legislação nacional. São Paulo: LTR, 2002, p.69.

Assim sendo, define-se qual parâmetro normativo irá socorrer o "legislador imaginário" na continuação do texto, servindo de apoio para fundar regras que governem satisfatoriamente as movimentações internacionais de atletas de futebol com menos de 18 anos de idade e demais desdobramentos de tais ocorrências.

Salienta-se ainda que, a estrutura normativa da OIT difere de outros códigos nacionais e tratados internacionais, como por exemplo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O grupo de leis do organismo possui um elemento peculiar:

Não se trata porém, de um Código na acepção técnica da palavra, posto que suas normas integram a legislação nacional de cada Estado membro da OIT na medida em que foram ratificadas as correspondentes convenções e transformadas em lei as respectivas recomendações.⁷⁵

É um detalhe fundamental para a compreensão do funcionamento do sistema normativo da OIT e como ele pode auxiliar o trabalho em voga. Aqui, todavia, explicitamos que o chamado "Código Internacional do Trabalho" da OIT - compilado de documentos normativos elaborados pela entidade - será usado como regra mínima para a confecção de outro corpo legislativo. Não é possível, e nem desejado para o escopo explorado, observar o processo de ratificação das convenções por cada país.

O critério utilizado presentemente tem caráter expansivo, com o intuito de prestigiar normas elaboradas por um processo plural, único no mundo. Sendo assim, a continuidade do projeto se baseara nos preceitos insculpidos nas hodiernas normas adotadas pela OIT.

4.2 MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Da análise do vigente cenário legislativo do ordenamento FIFA, o modo de resolução de eventuais conflitos normativos foi apontado como problemático, fértil para a proliferação de questionamentos sobre a legitimidade e eficiência de decisões oriundas de tal sistema.

Ao confrontar clubes, atletas e demais profissionais do ramo por meio de ameaças, sem avaliar os óbvios conflitos normativos e ideológicos existentes entre suas regras e as legislações dos territórios nos quais o futebol é praticado e regulamentado, a FIFA perpetua uma metodologia omissa, fomentando somente mais embates do tipo descrito anteriormente.

Quando versamos sobre a movimentação de atletas com menos de 18 anos de idade, é perceptível que ocorrerão choques. Por mais que estabelecido um critério claro para a

⁷⁵ SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1987, p.174.

elaboração de novas regras, é ilusório concluir que esse estudo – ou qualquer tipo de organização no planeta - é capaz de construir corpo legislativo incontestável, imune à contradição feita por um ordenamento jurídico nacional como os quais a nova lei precisará dialogar. A temática é palpitante, com diversas orientações jurídicas espalhadas no mundo, e tal fato sempre será um desafio para qualquer tentativa de agrupamento internacional que busque unificar suas normas e atuar em vários locais. A obscuridade do quadro quando falamos de normas da FIFA, entretanto, extrapola os limites aceitáveis da inerente imprevisibilidade dessa atividade internacional de elaboração, adequação e aplicação de regras.

É necessário que a própria legislação da FIFA preveja uma saída para os embates normativos, de modo a preservar a integridade de seu código, prezar pelo respeito e cumprimento do ordenamento com que suas regras estão interagindo no momento e, finalmente, garantir segurança aos atores envolvidos. Neste ponto, é possível até mesmo fazermos uma cuidadosa referência a conceitos clássicos do direito, colocando a FIFA e seu sistema legislativo em uma posição análoga ao do Estado, ao passo que, mediante seu enorme poder e influência, a legislação mencionada necessita de elementos que garantam a harmonia de toda a "sociedade" que se comporta segundo tais preceitos. A antecipação da metodologia aplicável no caso de conflitos normativos garante proteção aos personagens envolvidos, por meio de elementos como a estabilidade e a previsibilidade. Aqui reside a similaridade com os conceitos clássicos citados, fazendo a óbvia alteração fática, na qual a FIFA exerce o papel de Estado e os integrantes do seu universo – clubes, atletas, dirigentes, técnicos, etc... - são os cidadãos. Quanto ao primeiro conceito, as decisões “[...] não devem poder ser arbitrariamente modificadas, sendo apenas razoável a alteração das mesmas quando ocorram pressupostos materiais particularmente relevantes”.⁷⁶ Em relação ao segundo, refere-se à “[...] exigência de certeza e calculabilidade, por parte dos cidadãos, em relação aos efeitos jurídicos dos atos normativos”.⁷⁷

Presentes tais elementos, os "cidadãos" do mundo FIFA possuem parâmetros adequados para fundar suas decisões, além de essencial uniformidade na resolução de controvérsias, tentando estabelecer um cenário mais igualitário internacionalmente.

E qual seria o método hábil a entregar citados aspectos? É preciso que o procedimento escolhido comporte o registrado pelas normas em disputa, a fim de emitir parecer que respeite

⁷⁶CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 264.

⁷⁷Ibidem, p.265.

tanto o ordenamento da FIFA, quantos os valores protegidos pela legislação em choque. Não é possível ignorar as regras da entidade máxima do futebol, pelos elementos principiológicos que a legislação sustenta e pela manutenção do equilíbrio para com todos aqueles que cumprem o regramento. É crucial também compreender a razão da norma conflitante existir, na obrigação de atender às necessidades de uma região específica, preservando a legitimidade e autoridade do corpo legislativo em questão.

Apesar do uso de parâmetros legislativos inseridos em tratados e convenções internacionais na elaboração da proposta de uma nova lei, como o discutido Código da OIT, é incontestável que qualquer regra produzida por uma entidade como a FIFA remete à aplicação de conceitos do Direito Internacional Privado. Destarte, certos critérios doutrinários da disciplina se mostram relevantes na construção da nova metodologia.

Inspecionando o conteúdo da matéria, temos o conceito dos 'elementos de conexão' como ferramenta apropriada para atingir o objetivo proposto:

Elemento de conexão pode ser entendido como a parte da norma de Direito Internacional Privado que torna possível a determinação do direito aplicável, seja o nacional (do julgador), seja o estrangeiro.⁷⁸

Dos padrões encontrados, é necessária uma adaptação ao caso em voga, pelo seu singular envolvimento na esfera de diferentes tipos de personagens. Em uma operação de transferência de um atleta de futebol, não tratamos apenas de uma questão pessoal, de um acontecimento influente primordialmente a um único indivíduo – o que sugeriria o simples do uso dos chamados critérios pessoais⁷⁹ -. Tal acontecimento é intimamente ligado à atividade profissional de clubes, os quais possuem, muitas vezes, atletas estrangeiros, e de diversas nacionalidades. Insta salientar que, pelo contexto competitivo, as ações de um clube também exercem influência no desenvolvimento das atividades de seus adversários. Sendo assim, é desejado a manutenção de um mesmo parâmetro legislativo sempre que possível, a fim de também preservar o aspecto esportivo.

Consequentemente, ao observar os padrões ensinados das normas do Direito Internacional Privado, o sopesamento entre as necessidades do indivíduo envolvido na negociação na figura do atleta e as exigências de manutenção de condições parelhas em prol da competição justa entre agremiações de uma mesma contenda, na busca por um "elemento

⁷⁸DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Privado**. 9. ed. JusPodivm: Salvador, 2011, p.46.

⁷⁹ VALLADÃO, Haroldo. **Direito Internacional Privado**. v. 1, Ed. Freitas Bastos, 4ª ed., 1974.

de conexão" compatível com a situação, destacam-se as leis do países das nacionalidades das equipes envolvidas em eventual acordo para transferência do atleta.

Nesta toada, clubes de uma mesma nação - os quais competem entre si pela maior porção de uma temporada – seriam submetidos à uma mesma norma em caso de conflitos legislativos e os jogadores teriam amparo claro nas normas dos territórios em que possuísem vínculo trabalhista.

Nota-se que a metodologia proposta, após a próspera jornada por um critério para a resolução de conflitos normativos entre FIFA e demais legislações, é um reconhecimento do primeiro sistema ao que lhe parece o mais satisfatório para a resolução do choque de regras. Ao conceber tal abertura, auxilia substancialmente para o fim do discutido "limbo jurídico" existente no modelo atual, quando embates que os corpos legislativos de FIFA deparam-se são solucionados por diferentes métodos, utilizando díspares critérios, com decisões racionalmente inconsistentes entre si.

O movimento inserido na nova proposta de legislação, por conseguinte, é a previsão de qual caminho a ser tomado quando da existência de problemas como os exemplificados aqui. Um simples parágrafo ao fim do texto de regras, antecipando que, em caso de divergência normativa, a entidade máxima do futebol reconhece e acatará decisão proferida pelo sistema judicial comum acionado mediante os critérios debatidos anteriormente. Ao primeiro olhar, pode-se questionar que trata-se somente de mais uma manobra para afastar responsabilidades do âmbito da administradora do futebol e perenizar um sistema confuso e ineficiente.

O que ocorre, todavia, é, ao enxergamos tal metodologia como parte de um novo sistema oferecido no presente projeto, percebemos como melhor alternativa para amparar e resolver as situações em que o método seria aplicado, obtendo êxito na tarefa mais complexa existente neste cenário, congregando e respeitando as necessidades particulares de cada território - traduzidas por suas legislações -, mantendo a unidade necessária para o sucesso de conjunto normativo internacional. Nesse sentido, a escolha de um método é essencial, como consolidado no núcleo dos ensinamentos filosóficos modernos de René Descartes: "e aqueles que caminham lentamente podem avançar muito mais, se seguirem sempre o caminho certo, do que aqueles que correm e recuam." ⁸⁰

⁸⁰Tradução livre de: " et ceux qui ne marchent que fort lentement peuvent avancer beaucoup davantage, s'ils suivent toujours le droit chemin, que ne font ceux qui courent, et qui s'en éloignent. DESCARTES. René. **Discours de la méthode**. Le Livre du Poche. Paris, 2000, p.11.

Assim sendo, temos o seguinte cenário: a prospecção de uma nova legislação que busca preencher as carências regulatórias de um universo peculiar, com tendências esportivas e econômicas que indicam sua contínua expansão e que trata de um grupo de indivíduos especial aos olhos de todas as áreas do conhecimento, sobretudo o Direito, as transferências internacionais de atletas de futebol menores de 18 anos de idade. Conjunto ao desafio principal, era preciso situar a proposição regulatória no universo normativo em que ela se colocaria, a fim de extinguir problemas quanto à sua aplicabilidade. Para tanto, identificamos as falhas existentes no procedimento atual de aplicação do conjunto de regras no qual a nova lei faria parte, o sistema normativo da FIFA. Após a identificação das lacunas, passou-se a elaboração de um novo método auxiliador na busca do objetivo primordial, com o estabelecimento de parâmetros legais que nortegassem o "legislador" na concepção de novas regras e a demonstração de uma ferramenta para solucionar uma das grandes imperfeições do hodierno sistema, na visão defendida aqui.

Finalmente, é possível atentar à materialidade das normas, discutir e formar enunciados que pudessem regulamentar satisfatoriamente a temática trabalhada e formar o núcleo do projeto, a proposta de uma nova legislação para transferências internacionais de atletas de futebol menores de 18 anos de idade.

4.3 PROPOSTA DE NOVA REGULAMENTAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ATLETAS DE FUTEBOL MENORES DE 18 ANOS DE IDADE

O presente e final item do desenvolvimento do trabalho será exposto com a apresentação e detalhamento individual de cada artigo componente da proposta de legislação, com reflexões acerca de sua relevância na temática debatida, bem como a contraposição da legislação atual sobre o assunto no âmbito do sistema normativo da FIFA, o artigo 19 do Regulamento.

4.3.1 Disposições iniciais

A primeira disposição do atual artigo 19 do regulamento crava: "transferências internacionais de jogadores serão permitidas somente quando se trata de atletas com mais de 18 anos de idade", com algumas exceções referentes à mudança do atleta por questões não

relacionadas ao futebol e certas movimentações ocorridas dentro do território da União Europeia.⁸¹

A tese defendida aqui é contrária a tal enunciado. Como visto na análise mercadológica atual do futebol profissional, apresentada no início do projeto, as novas políticas econômicas incorporadas pelos órgãos administradores da modalidade, aliado ao nível de competitividade extremo, o qual obriga as agremiações inovarem seus modelos de gestão, tornam o descumprimento dessa regra algo muito frequente. Potências mundiais, como os espanhóis F.C Barcelona, Real Madrid C.F e Atlético de Madrid, foram punidas recentemente pela FIFA por violação aos termos do artigo 19 do Regulamento⁸², justamente por enxergarem o mercado de jovens jogadores como muito atraente e ignorar as regras que ditam tal tipo de negociação.

Ao proibir transferências internacionais de jogadores menores de 18 anos idade – com algumas exceções, discutidas a seguir –, a FIFA também agride direitos básicos de vários trabalhadores, sem justificativa plausível. O universo de indivíduos afetados pelos ditames acima possui diversos atletas profissionais, legítimas partes no contrato trabalhista.

A OIT versa em sua convenção nº 138 sobre a idade mínima para admissão, a qual foi estabelecida como "não inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos".⁸³ No Brasil, por exemplo, a legislação permite que o atleta assine o seu primeiro vínculo empregatício quando completa 16 anos de idade.⁸⁴ A questão da idade mínima para a concretização de transferência internacional será discutida adiante, mas já fica atestado a proibição arbitrária da movimentação do citado grupo de legítimos trabalhadores com a atual forma do texto inicial do Regulamento.

A eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação é corolário nuclear na constituição ideológica e normativa da OIT, estando presente na Declaração sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho.⁸⁵ A efetivação do ordenamento do artigo 19 do Regulamento é uma clara afronta ao princípio citado, limitando uma oportunidade de emprego

⁸¹FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Regulation on Status and Transfers of players**, 2016. Disponível em: <http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/70/95/52/regulationsonthestatusandtransfersofplayersjune2016_e_neutral.pdf>. Acesso em 31 jul. 2016.

⁸²FIFA confirma punição e proíbe Real e Atlético de contratarem até 2018. **Globo**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2016/09/fifa-confirma-punicao-e-proibe-real-e-atletico-de-contratarem-ate-2018.html>>. Acesso em: 02 set 2016.

⁸³OIT. **Idade Mínima para admissão**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/492>>. Acesso em: 01 set 2016.

⁸⁴MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro. Maquinária, 2011.

⁸⁵OIT. **Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

a um trabalhador regular em virtude de sua acedência nacional, uma proibição expressa nos ditames da Declaração.⁸⁶

Desta maneira, o dispositivo inicial da asserção trabalhada teria enunciado de seguinte espírito: "Transferência internacionais de atletas menores de 18 anos de idade são permitidas e deverão seguir as seguintes especificações:", explanadas a seguir.

4.3.2 Quanto ao processo necessário em referência à faixa etária

Como brevemente explicado, o atual artigo 19 do Regulamento agrega sob sua tutela todo atleta de futebol com menos de 18 anos de idade completos. Na visão defendida cá, um grande equívoco, por misturar indivíduos de faixa etárias distantes e com necessidades e status jurídicos diferentes. Enquanto um jovem de 17 anos já está iniciando sua carreira profissional, com idade suficiente para admissão segundo a OIT⁸⁷, uma pessoa de 13 anos ainda nem concluiu seus ensinamentos obrigatórios, encontrando-se com um desenvolvimento físico e mental muito diferente do primeiro exemplo.

Baseando-se nesse raciocínio, podemos utilizar o regramento da OIT sobre idade mínima para admissão como marco teórico a fim de separar o grupo trabalhado em dois conjuntos: indivíduos entre 15 e 18 anos de idade e indivíduos com menos de 15 anos de idade. Cada grupo seguiria um rito diferente para a concretização de transferência internacional, sendo as especificações referentes às transações envolvendo atletas maiores de 15 anos de idade elencadas no próximo item.

Quanto aos indivíduos que ainda não atingiram essa faixa etária, é pertinente uma breve reflexão. Os argumentos utilizados para defender a possibilidade de transferência internacional de atletas a partir de 15 anos de idade não podem ser aplicados da mesma maneira à porção de jogadores que ainda não alcançou tal estado. Como dito, a OIT considera como idade mínima para admissão a idade de 15 anos em casos gerais, e 14 anos em raríssimas exceções⁸⁸, fato que inverte toda a fundamentação acerca dos direitos do trabalhadores empregada anteriormente. Enquanto pessoas com mais de 15 anos trabalhando é uma ocorrência autorizada pela legislação da OIT, o trabalho realizado por indivíduos aquém

⁸⁶Ibidem.

⁸⁷OIT. **Idade Mínima para admissão**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/492>>. Acesso em: 01 set 2016.

⁸⁸Ibidem.

dessa idade é algo que a citada Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho da OIT considera inaceitável, lutando por seu fim.⁸⁹

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que o efervescente mercado destrinchado no primeiro capítulo não tem movimentações tão intensas quando tratamos de jovens com 13, 14 anos de idade. Existem episódios do tipo ocorrendo com garotos de idades como as referidas, como o acontecido com o argentino Lionel Messi⁹⁰, que trocou a Argentina pela Espanha aos 13 anos de idade e do brasileiro Neymar⁹¹, que recebeu ofertas para atuar na Espanha nesta mesma fase da juventude.

O razoável caminho que ainda precisa ser percorrido até a categoria profissional por garotos dessa idade – muito mais longo em comparação com atletas de 16 e 17 anos - e a exposição midiática e esportiva significativamente menor em relação aos jogadores 2, 3 anos mais velhos - a FIFA organiza Campeonatos Mundiais de seleções até a categoria sub-17⁹², sendo as competições de faixa etárias menores realizadas em âmbito continental⁹³ - dão dimensão diferente ao atletas com menos de 15 anos de idade tanto no universo esportivo, como no mercado do futebol profissional.

Prosseguindo, os elementos elencados condizem com um grupo que necessita de normas mais protetivas ao seu desenvolvimento como atleta e, principalmente, como ser humano, diante da situação preambular do progresso físico e mental que se encontra.

Neste sentido, a atual redação do artigo 19 do Regulamento se mostra uma excelente alternativa. No cenário proposto pela lei, as transferências internacionais de menores de idade são permitidas em casos que preencham requisitos territoriais, mas também exige certos critérios que garantam o desenvolvimento próprio do indivíduo.⁹⁴:

⁸⁹OIT. **Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

⁹⁰ FUTBOL CLUB BARCELONA. **Lionel Messi**. Disponível: <<https://www.fcbarcelona.com.br/futebol/time-principal/elenco/players/2016-2017/messi>>. Acesso em: 15 set. 2016.

⁹¹HAYWARD, Ben. How Neymar nearly moved to Real Madrid in 2005. **GOAL**. Disponível em: <<http://www.goal.com/en/news/1717/editorial/2015/12/16/18383022/how-neymar-nearly-moved-to-real-madrid-with-robinho-in-2005>>. Acesso em: 20 set. 2016.

⁹²FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Tournaments**. Disponível em: <<http://www.fifa.com/fifa-tournaments/index.html>>. Acesso em 31 out. 2016.

⁹³Ibidem.

⁹⁴ a) The player's parents move to the country in which the new club is located for reasons not linked to football.
b) The transfer takes place within the territory of the European Union (EU) or European Economic Area (EEA) and the player is aged between 16 and 18. In this case, the new club must fulfil the following minimum obligations:
i. It shall provide the player with an adequate football education and/ or training in line with the highest national standards.
ii. It shall guarantee the player an academic and/or school and/or vocational education and/or training, in addition to his football education and/or training, which will allow the player to pursue a career other than football should he cease playing professional football.

Existe uma latente preocupação com a permanência do indivíduo em um ambiente favorável a sua evolução, principalmente como ser humano, traduzida pelos padrões estabelecidos para moradia, ensino e manutenção dos laços familiares.

A junção das singulares necessidades que permeiam o universo dos jovens atletas com menos de 15 anos de idade com o sentido que caminha a demonstrada legislação da FIFA, direciona à conclusão tais ditames são ideais para regular as transferências internacionais de atletas menores de 15 anos de idade, sendo as especificidades correspondente ao outro grupo etário criado aqui exploradas abaixo.

4.3.3 Processo para atletas entre 15 e 18 anos de idade

Apesar da sustentação feita em prol da possibilidade de transferências internacionais envolvendo atletas entre 15 e 18 anos de idade, entende-se como imprescindível a colocação de certas normas para a efetivação desse tipo de transação, principalmente no que tange ao desenvolvimento dos atletas fora do campo de jogo.

Sobre o primeiro aspecto, está presente no artigo 19 do Regulamento uma norma com inteligência capaz de atingir o objetivo desejado, mediante algumas alterações. Na atual redação do regulamento, a alínea b do item 2 versa sobre a possibilidade de transferência internacional de jogadores entre 16 e 18 anos dentro do território da União Europeia.⁹⁵ Para tanto, estabelece algumas exigências que os clubes de destino dos atletas envolvidos nas negociações precisam cumprir, como o fornecimento de condições para estudo e de moradia.

De fato, quando da leitura de tais requisitos, notamos uma grande compatibilidade com as noções expostas no trabalho, no que concerne ao necessário zelo com desenvolvimento pessoal dos atletas, atentando para concessão de condições de vida dignas e

iii. It shall make all necessary arrangements to ensure that the player is looked after in the best possible way (optimum living standards with a host family or in club accommodation, appointment of a mentor at the club, etc.).

iv. It shall, on registration of such a player, provide the relevant association with proof that it is complying with the aforementioned obligations.

c) The player lives no further than 50km from a national border and the club with which the player wishes to be registered in the neighbouring association is also within 50km of that border. The maximum distance between the player's domicile and the club's headquarters shall be 100km. In such cases, the player must continue to live at home and the two associations concerned must give their explicit consent. FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Regulation on Status and Transfers of players**, 2016. Disponível em:

<http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/70/95/52/regulationsonthestatusandtransferofplayersjune2016_e_neutral.pdf>. Acesso em 31 jul. 2016

⁹⁵ Ibidem.

a construção de uma base acadêmica sólida, muito importante no caso do indivíduo não seguir uma carreira profissional no esporte.

A crítica aqui é em referência à amplitude da aplicação do regulamento. Essas medidas devem ser implantadas para todas as movimentações internacionais de atletas entre 15 e 18 anos de idade, não somente em uma determinada área. Com a inspeção feita a cada registro de transferência do tipo – como também prevê o artigo 19 do Regulamento na hipótese comentada -, a nova proposta contribuiria para a formação de um ambiente benéfico aos jovens jogadores, estimulando seu crescimento em várias áreas do conhecimento e tornando a atividade esportiva um meio de real emancipação econômica e política para essas pessoas.

Finalmente, a última recomendação da análise apresentada é de que, para a concretização de qualquer transferência internacional envolvendo atletas entre 15 e 18 anos de idade, deve-se utilizar o regulamento 2, alínea b do atual artigo 19 do Regulamento, fazendo as mencionadas alterações no que tange aos territórios de aplicação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual redação do artigo 19 do Regulamento, como lei máxima sobre transferências internacionais de jogadores com menos de 18 anos de idade, é incompatível com a complexidade do tema e relevância que o mesmo detém nos tempo corrente.

Como visto, o novo rumo do futebol profissional conflui ao intenso crescimento do número de movimentações do gênero. As novas políticas financeiras dos órgãos administradores da modalidade, visando o controle de gastos desproporcionais e irresponsáveis de clubes ao redor do mundo, aliadas ao considerável destaque técnico que atletas de pouca idade obtiveram nos últimos anos no cenário profissional da prática da modalidade são determinantes para essa ocorrência. Equipes dos mais diversos locais procuram jovens talentos com propósito de atender tais exigências competitivas atuais, acarretando em uma gigantesca desconformidade entre o regulamento FIFA e a conjuntura fática da administração de clubes de futebol, com consequente, e recorrentes, violações dessa legislação.

Com as alterações apresentadas aqui, é possível estabelecer sistema que facilite a empreitada dos clubes, porém, sobretudo, proteja os indivíduos envolvidos. O elemento clandestino na atuação das agremiações no momento da realização de transferências envolvendo menores de 18 anos de idade é catalisador para a exploração desses indivíduos, tendo, por exemplo, o processo de desenvolvimento acadêmico negligenciado.

A instauração de requisitos no tocante ao fornecimento de condições adequadas para o desenvolvimento do ser humano, bem como uma divisão mais elaborada sobre quais indivíduos estariam aptos a uma transferência na modalidade internacional, utilizando critérios esportivos, mercadológicos e legais de proteção ao trabalhador, é uma medida plausível e desejada para beneficiar todos os personagens enredados.

A conclusão alcançada aqui é a necessidade de uma completa reforma para que os objetivos acima sejam conquistados. Deve-se modificar a maneira com que as leis da Federação Internacional interagem com ordenamentos nacionais, a fim de respeitar demandas específicas de uma região e estabelecer critérios claros para nortear o processo de elaboração e aplicação das normas, eliminando incertezas ocasionadas pelo atual sistema nebuloso que a FIFA utiliza para dirimir muitos dos problemas regulatórios existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DecretoLei/Del5452.htm>.

BARRIENTOS-PARRA, **O estatuto da juventude**: instrumento para o desenvolvimento integral do jovem. Disponível em: <<http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/arquivos/EstatutodaJuventudecomentado.pdf>>.

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Editora Campos: Rio de Janeiro, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 7ª ed., Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, 1995.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2000

CASSINI, Lorenzo. **Sports law: a global legal order?** Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2079857>.

CESARINO, Soraya Portela. **O Contrato de Trabalho do Atleta Profissional de Futebol**. *Jornada de Direito do Trabalho*, São Paulo, maio 2006. Disponível em: <<http://www.ucam.edu.br/pesquisas/jornada/012.pdf>>.

CORTE EUROPEIA DE JUSTIÇA. **Bosman vs Uefa**, 1995. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:61993CJ0415&from=EN>>.

CRUZ, Paulo; OLIVEIRO, Maurizio. **Reflexões sobre o direito transnacional**. Revista NEJ - Eletrônica, Vol. 17 .n. 1 . p. 18-28 . Jan-Abr de 2012. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3635/2178>>.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Privado**. 9. ed. JusPodivm: Salvador, 2011

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2008.

DESCARTES. René. **Discours de la méthode**. Le Livre du Poche. Paris, 2000.

DUPRÉ, Rémi. La métarmophose de Michel Platini. **Le Monde**, Paris. Nov. 2014. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/televvisions-radio/article/2014/11/06/la-metamorphose-de-michel-platini_4519691_1655027.html>

FARIA, Tiago Silveira de. **Lex FIFA: autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional**. 188f. (Mestrado em Direito). UNISINOS. São Leopoldo: 2016.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Disciplinary Code**, 2013. Disponível em <<http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/50/02/75/discoinhalte.pdf>>.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Regulation on Status and Transfers of players**, 2016. Disponível em: <http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/70/95/52/regulationsonthestatusandtransferofplayersjune2016_e_neutral.pdf>.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Statute, 2015**. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/Document/AFederation/Generic/02/58/14/48/2015FIFAStatutesEN_Neutral.pdf>

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **FIFA Tournaments**. Disponível em: <<http://www.fifa.com/fifa-tournaments/index.html>>

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **2014 FIFA World Cup Brazil**. Disponível em: <<http://www.fifa.com/worldcup/archive/brazil2014/>>.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **2014 FIFA World Cup Brazil: television audience report**. Disponível em: <[http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/tv/02/74/55/57/2014fwcbraziltvaudiencereport\(draft5\)\(issuedate14.12.15\)_neutral.pdf](http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/tv/02/74/55/57/2014fwcbraziltvaudiencereport(draft5)(issuedate14.12.15)_neutral.pdf)>

FERREIRA, Fernando. **Valor de mercado das seleções após a copa de 2014**. Disponível em: <<http://www.pluriconsultoria.com.br/uploads/relatorios/PLURI%20Valuation%20-%20copa%202014%20-%20selecoes%20mais%20se%20valorizaram.pdf>>

JAEGGER, Guilherme Pederneiras. **O Direito do Trabalho à luz do Direito Internacional Privado: um exercício de teorização**. In. Questões Controvertidas de Direito

do Trabalho e outros estudos. Organizador Gilberto Stümer. Livraria do Advogado. Porto Alegre. 2006.

KAPLAN, Valerie. UEFA financial fair play and european union antitrust law complications. **Emory International Law Review**. Atlanta. v.29. Disponível em: <<http://law.emory.edu/eilr/content/volume-29/issue-4/comments/uefa-fairplay-european-union-antitrust.html>>

KUNZ, Mathias. 265 playing football. **FIFA magazine**. Zurique, p. 10-15, jul. 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direitos Trabalhistas do Atleta Profissional de Futebol**. São Paulo, data desconhecida. Disponível em: <<http://www.trt18.gov.br/revista/03Public/Artigos/001-PMartins-Futebol.pdf>>.

MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro. Maquinária, 2011.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Renovar, (2 volumes), 2002.

MOLÈ, Riccardo. The curious case of Daniel Striani: a missed opportunity. **Eurojus**. Ago.2015 . Disponível em:< <http://rivista.eurojus.it/the-curious-case-of-daniel-striani-c-29915-a-missed-opportunity/>>.

OIT. **Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf>.

OIT. **Idade Mínima para admissão**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/492>>.

ROAN, Dan. **Fifa: Sepp Blatter and Michel Platini get eight-years bans**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/sport/football/35144652>>

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 6ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SOARES FILHO, José. **A proteção da relação de emprego: análise crítica de normas da OIT e da legislação nacional**. São Paulo: LTR, 2002

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1987.
 TERRELL, Joseph Robert. **Da jornada de trabalho do atleta profissional**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 664, 1 maio 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6661>>.

UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **A Uefa**: Michel Platini. Disponível em: <<http://pt.uefa.org/about-uefa/president/index.html>>

UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Financial Fair Play**: all you need to know. Disponível em: <<http://www.uefa.com/community/news/newsid=2064391.html>>

UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL. **Uefa Champions League**. Disponível em: <<http://pt.uefa.com/uefachampionsleague/season=2016/clubs/index.html>>.

UNIÃO EUROPEIA. **Treaty establishing the European Economic Community**, 1957. Disponível em: <http://www.ab.gov.tr/files/ardb/evt/1_avrupa_birligi/1_3_antlasmalar/1_3_1_kurucu_antlasmalar/1957_treaty_establishing_eec.pdf>.

UNICEF. **Convenção sobre os direitos das crianças**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>.

VALLADÃO, Haroldo. **Direito Internacional Privado**. v. 1, Ed. Freitas Bastos, 4ª ed., 1974.

VAN ROMPUY, Ben. The Brussels court judgment on financial fair play: a futile attempt to pull off a Bosman. **Asser International Sports Law Blog**. Jul.2015. Disponível em: <<http://www.asser.nl/SportsLaw/Blog/post/the-brussels-court-judgment-on-financial-fair-play-a-futile-attempt-to-pull-off-a-bosman-by-ben-van-rompuy>>

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Os atletas Profissionais de Futebol no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Atleta Profissional – Jogador de Futebol – Direitos**. *Síntese Trabalhista*, São Paulo, n. 165, mar. 2003. 1 CD-ROM.

ZAINAGHI, Sávio Domingos. **Nova Legislação Desportiva. Aspectos Trabalhistas**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2004.